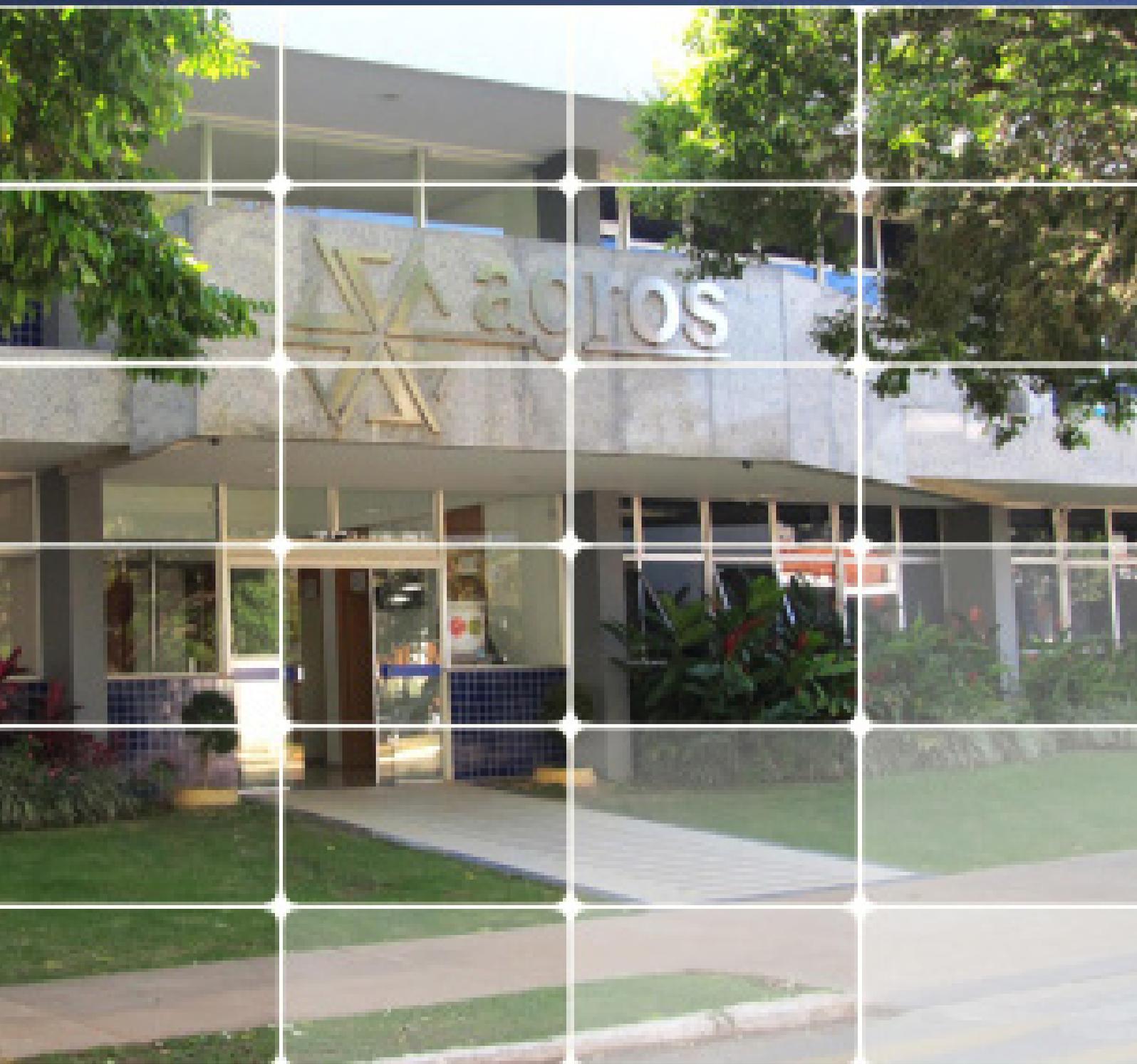


Relatório

Anual de Informações

Exercício 2013



Vigova, abril/2014

Mensagem aos Participantes

O Relatório Anual de Informações (RAI) 2013 apresenta aos participantes o conjunto detalhado de atividades desenvolvidas e seus resultados no ano. Esse relatório é parte das nossas obrigações e, sobretudo, é um direito do participante. A partir desse ano, disponibilizaremos uma versão completa em nossa página na internet e enviaremos a todos os participantes uma versão resumida, de acordo com Resolução CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, e a Instrução Normativa PREVIC nº 5, de 1º de novembro de 2013.

Esperamos que façam uma boa leitura e que nos casos de dúvida, entrem em contato conosco. Estamos sempre à disposição.

Diretoria Executiva

Sumário

Principais atividades	04
Gestão dos Planos	05
Resumo das Políticas de Investimentos dos Planos	12
Demonstrativo dos Investimentos	14
Desempenho financeiro	17
Demonstrações contábeis	18
Demonstração dos Balanços Patrimoniais – Consolidado	18
Demonstração do Ativo Líquido Plano A (Celetista).....	19
Demonstração do Ativo Líquido Plano B (Estatutário).....	19
Demonstração do Ativo Líquido Plano C (AGROS CD-01)	20
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano A (Celetista).....	20
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano B (Estatutário)	20
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano C (AGROS CD-01).....	21
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada	21
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios A (Celetista)	22
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios B (Estatutário)	22
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios C (AGROS CD-01).....	23
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)	23
Balanço Patrimonial Assistencial - Ativo	24
Balanço Patrimonial Assistencial - Passivo	24
Demonstração do Resultado Assistencial	25
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Assistencial	25
Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto - Assistencial	26
Demonstração do Resultado Abrangente - Assistencial	26
Notas Explicativas �s Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2013 e 2012	27
Notas Explicativas �s Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial nos exercícios de 2013 e 2012..	39
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Celetista	47
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Estatutário	49
Parecer Atuarial do Plano Instituidor AGROS CD-01.....	51
Teste de Aderência das Taxas de Juros	53
Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	54
Parecer do Conselho Fiscal	58
Resolução n�295/2014	58

Principais Atividades

Com oitenta e um funcionários, setenta em Viçosa, dois em Belo Horizonte e nove em Florestal, o AGROS administra três planos de previdência complementar, cinco planos de saúde e uma carteira de empréstimos com mais de três mil contratos ativos. Do total de funcionários, 50,6% têm pós-graduação, 30,9% têm graduação, 8,6% possuem graduação incompleta e 9,9% têm formação até o ensino médio.

Para atender à demanda de transporte e locomoção, o AGROS possui três veículos de passeio (um Vectra, um Corola e um Classic), uma ambulância e uma motocicleta Honda CG para serviços locais.

Além do cumprimento de todas as exigências legais, o AGROS vem trabalhando no aprimoramento dos serviços e das informações para os órgãos reguladores, fiscalizadores e para os participantes. Dentre as inúmeras ações desenvolvidas em 2013, merecem destaque:

- ✓ Mudança no modelo de gestão do orçamento;
- ✓ Promoção de seminários sobre Educação Financeira e Previdenciária;
- ✓ Realização da III Oficina de Educação Financeira;
- ✓ Expansão do Espaço Movimento - criação de nova modalidade de atividade física no Serviço - Caminhada e Corrida Orientada;
- ✓ Desenvolvimento de Oficina de Nutrição pela equipe do Semente – Serviço de Atendimento à Saúde Mental;
- ✓ I Campanha AGROS antitabagismo;
- ✓ VII Campanha AGROS de Vacinação Contra a Gripe;
- ✓ Participação, em parceria com a UFV, na Campanha Outubro Rosa – prevenção contra o câncer de mama;
- ✓ Campanha do Aniversário - Saúde da Mulher;
- ✓ Campanha AGROS da Saúde do Homem;
- ✓ Estruturação do serviço de ouvidoria para funcionar a partir de 2014;
- ✓ Atendimento de enfermagem domiciliar aos pacientes crônicos e acamados;
- ✓ Fornecimento de equipamentos respiratórios (concentrador de oxigênio, BIPAP);
- ✓ Fornecimento de Bolsas de Colostomia e Urostomia;
- ✓ Elaboração das Normas de Fornecimento de Dietas Enterais e Suplementos Alimentares;
- ✓ Elaboração do projeto da campanha de vacinação contra o HPV, prevista para ser implantada em 2014;
- ✓ Elaboração do Calendário 2014, enviado aos beneficiários do AGROS;
- ✓ Credenciamento de mais 28 prestadores de serviço na rede credenciada dos planos de saúde;
- ✓ Aprovação da Política de Assistência à Saúde do AGROS;
- ✓ Inscrição do AGROS no Programa de Conformidade Regulatória da Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- ✓ Elaboração de Normas para Auditoria Técnica e Administrativa do processo de Reembolso.

Participantes dos Planos Previdenciários

Os planos previdenciários são o Plano A, o Plano B e o Plano AGROS CD-01.

Quem são os participantes do Plano A? São os trabalhadores vinculados a um dos patrocinadores e cujos contratos de trabalho são regidos pela CLT.

Quem são os participantes do Plano B? São os servidores vinculados à patrocinadora UFV inscritos até 2007 e cujos contratos de trabalho são regidos pelo Regime Jurídico Único.

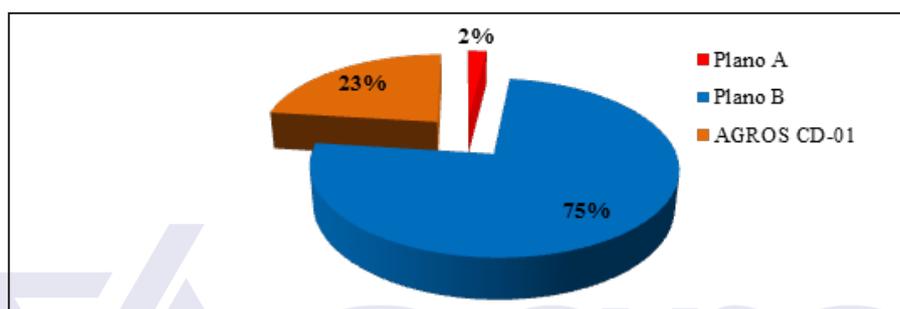
Quem são os participantes do Plano AGROS CD-01? Qualquer pessoa vinculada a um dos instituidores do plano: AGROS, UFVCredi, Sindisec e Fecon-MG.

Gestão dos Planos

Os quadros apresentados a seguir ajudam a entender a atuação do AGROS e os resultados alcançados no exercício.

Quadro/Figura 1 - Participantes Ativos, por Plano

	2013			2012		
	Plano A	Plano B	Plano AGROS CD-01	Plano A	Plano B	Plano AGROS CD-01
Participantes	89	3.818	1.169	92	3.924	963
Total	5.076			4.979		

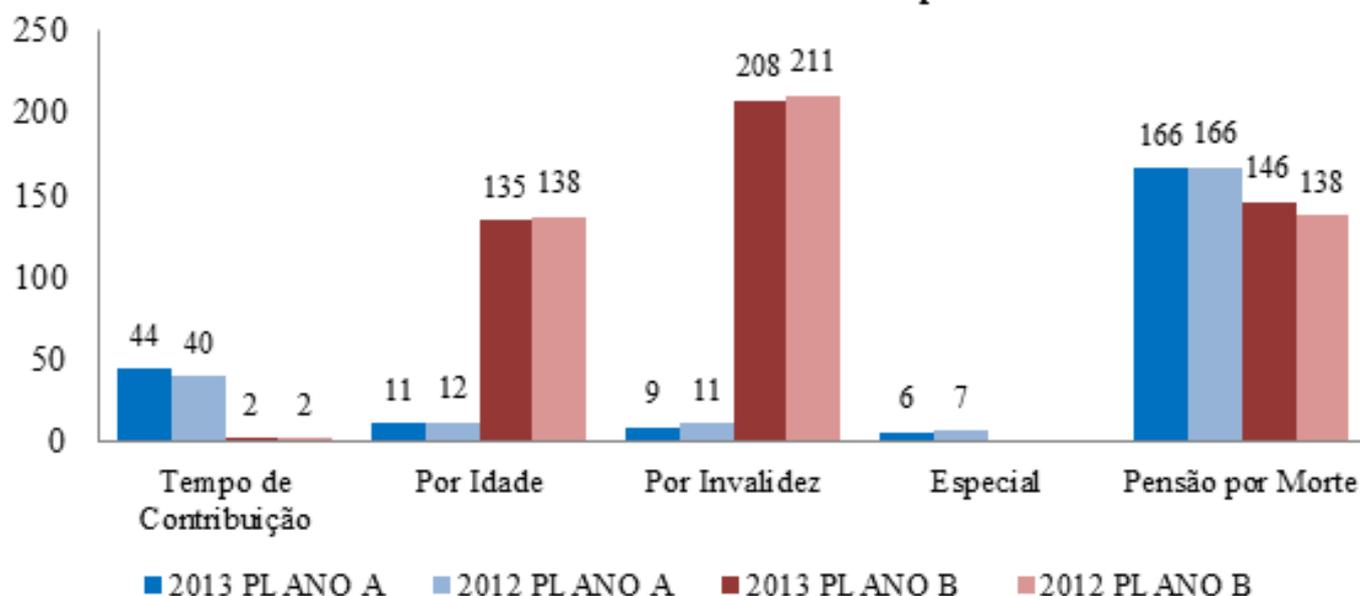


Com relação ao número de participantes ativos, o Plano A apresentou em 2013 uma pequena redução. O Plano B é o que possui maior número de participantes. Como ele não admite novas inscrições, o número de participantes ativos vem diminuindo a cada ano, tendo apresentado em 2013 uma redução de 106 participantes ativos. O Plano AGROS CD-01, que tem como instituidores a Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Federal de Viçosa (UFVCredi), o Sindicato dos Securitários de Minas Gerais (Sindisec) e a Federação dos Contabilistas de Minas Gerais (Fecon), apresentou em 2013 um crescimento de 21,39% no número de participantes em relação ao ano de 2012, ou seja, foram 206 novos participantes inscritos em 2013.

Quadro/Figura 2 - Número de Benefícios Previdenciários, de Renda Continuada, em Manutenção

Benefícios	2013			2012		
	Plano A	Plano B	Plano AGROS CD-01	Plano A	Plano B	Plano AGROS CD-01
Tempo de Contribuição	44	2	-	40	2	-
Por Idade	11	135	-	12	138	-
Por Invalidez	9	208	-	11	211	-
Especial	6	-	-	7	-	-
Pensão por Morte	166	146	-	166	137	-
Auxílio Doença	-	-	-	-	-	-
Auxílio Reclusão	-	-	-	-	-	-
Renda Mensal/Participante	-	-	-	-	-	-
Renda Mensal Beneficiário	-	-	1	-	-	1
Total	236	491	1	236	488	1

Número de Benefícios de Renda Continuada por Plano

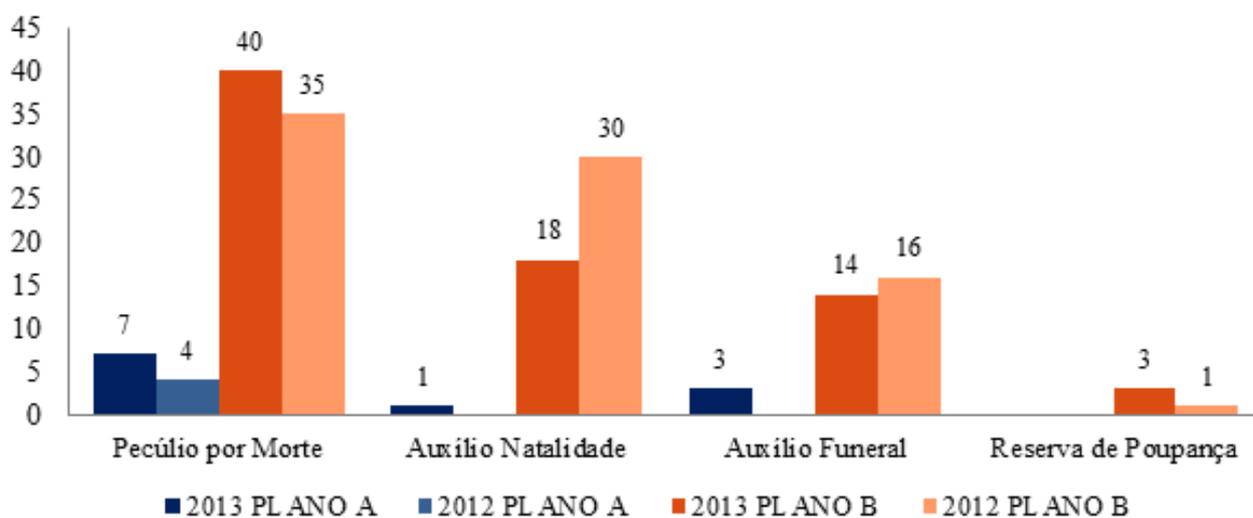


O Quadro 2 indica que o Instituto encerrou o ano de 2013 pagando 728 benefícios de renda continuada por mês, sendo 236 do Plano A, 491 do Plano B e 1 do Plano AGROS CD-01. Esse número sofre variações de mês a mês, dependendo de novas concessões e de término de benefícios. As novas concessões e o término de outras proporcionaram uma pequena variação entre 2012 e 2013.

Quadro/Figura 3 - Número de Benefícios de Pagamento Único e Resgates

Benefícios	2013			2012		
	Plano A	Plano B	Plano AGROS CD-01	Plano A	Plano B	Plano AGROS CD-01
Pecúlio por Morte	7	40	-	4	35	-
Auxílio Natalidade	1	18	-	-	30	-
Auxílio Funeral	3	14	-	-	16	-
Reserva de Poupança	-	3	34	-	1	14
Total	11	75	34	4	82	14

Número de Benefícios Pagamento Único por Plano



Os benefícios de pagamento único, ao contrário dos benefícios de renda continuada, não ocorrem todos os meses, mas diante de situações eventuais. O quadro acima apresenta um crescimento no número benefícios de “Pecúlio por Morte”, de 39 em 2012 para 47 em 2013; e uma diminuição na quantidade de benefício “Auxílio Natalidade”, de 30 em 2012 para 19 em 2013. O benefício “Auxílio Funeral” apresentou um acréscimo pouco significativo em 2013.

Quadro 4 - Adições Previdenciárias por Plano de Benefício (Valores em mil - R\$)

Adições/Receitas						
	2013			2012		
	Plano A	Plano B	Plano AGROS CD-01	Plano A	Plano B	Plano AGROS CD-01
Contribuições	-	549	1.394	4.533	564	1.099
Investimentos	7.009	26.333	251	20.962	44.426	178
Total Geral	35.536			71.762		

Quadro 5 - Deduções Previdenciárias por Plano de Benefício (Valores em mil - R\$)

Despesas/Destações (Valores em mil - R\$)						
Benefícios	2013			2012		
	Plano A	Plano B	Plano AGROS CD-01	Plano A	Plano B	Plano AGROS CD-01
Pagamento de Benefícios	5.479	6.891	132	4.731	5.930	25
Constituições de Contingências*	-	-	-	4.533	-	-
Cobertura das Despesas Administrativas	2.681	8.595	14	2.666	8.604	11
Total	23.792			26.500		

* Não foram considerados valores referentes ao custeio da Patrocinadora UFV/CLT, tendo em vista valores provisionados contabilmente.

Obs.: Nas colunas de “Cobertura das Despesas Administrativas” estão consideradas as fontes de custeio administrativo de origem previdenciária e de investimentos.

As adições ou receitas representam a soma das contribuições dos patrocinadores e dos participantes mais o resultado dos investimentos. As deduções ou despesas representam a soma dos pagamentos de benefícios e da constituição de contingências mais as despesas administrativas.

Na linha “Contribuições” do Plano A de 2012 foram consideradas as contribuições previdenciárias da patrocinadora UFV referentes à atualização de débito em processo judicial. Da mesma forma, esse valor era registrado nas despesas, na conta “Constituições de Contingências”, ou seja, entrava como Receita e saía como Despesa. Em 2013 a forma de contabilização foi alterada e o registro contábil desse débito deixou de ocorrer como contribuições; assim, entende-se que tanto em 2012 quanto em 2013 não houve contribuições ao Plano A. Desse modo, para uma melhor comparação, devem-se considerar as receitas totais em 2012 no valor de R\$ 67.229 e as despesas totais, no valor de R\$ 21.967, deduzindo-se o valor de R\$ 4.533 referente às Constituições de Contingências.

Quadro 6 - Despesas Previdenciárias, por Tipo de Benefício

Benefícios	2013 (Valores em mil - R\$)			2012 (Valores em mil - R\$)		
	Plano A	Plano B	Plano AGROS CD-01	Plano A	Plano B	Plano AGROS CD-01
De Pagamento Continuado						
Tempo de Contribuição	1.429	3	-	1.009	3	-
Por Idade	324	1.175	-	330	1.113	-
Especial	257	-	-	283	-	-
Por Invalidez	112	1.727	-	120	1.895	-
Pensão por Morte	2.943	1.071	-	2.788	1.006	-
Auxílio Doença	8	-	-	9	-	-
Auxílio Reclusão	-	-	-	-	-	-
Renda Mensal/Participante	-	-	-	-	-	-
Renda Mensal/Beneficiário	-	-	1	-	-	4
Total	5.073	3.976	1	4.539	4.017	4
De Pagamento Único						
Pecúlio Morte	398	2.812	-	192	1.840	-
Auxílio Natalidade	2	23	-	-	38	-
Auxílio Funeral	6	28	-	-	29	-
Total	406	2.863	-	192	1.907	-
Resgate/Portabilidade						
Resgate Reserva de Poupança	-	46	131	-	3	21
Total	-	46	131	-	3	21
Outras Despesas						
Outras Deduções	-	6	-	-	3	-
Total	-	6	-	-	3	-
Total Geral	5.479	6.891	132	4.731	5.930	25

Quadro 7 - Número de Participantes e de Dependentes dos Planos de Saúde Administrados pelo AGROS, por Patrocinador

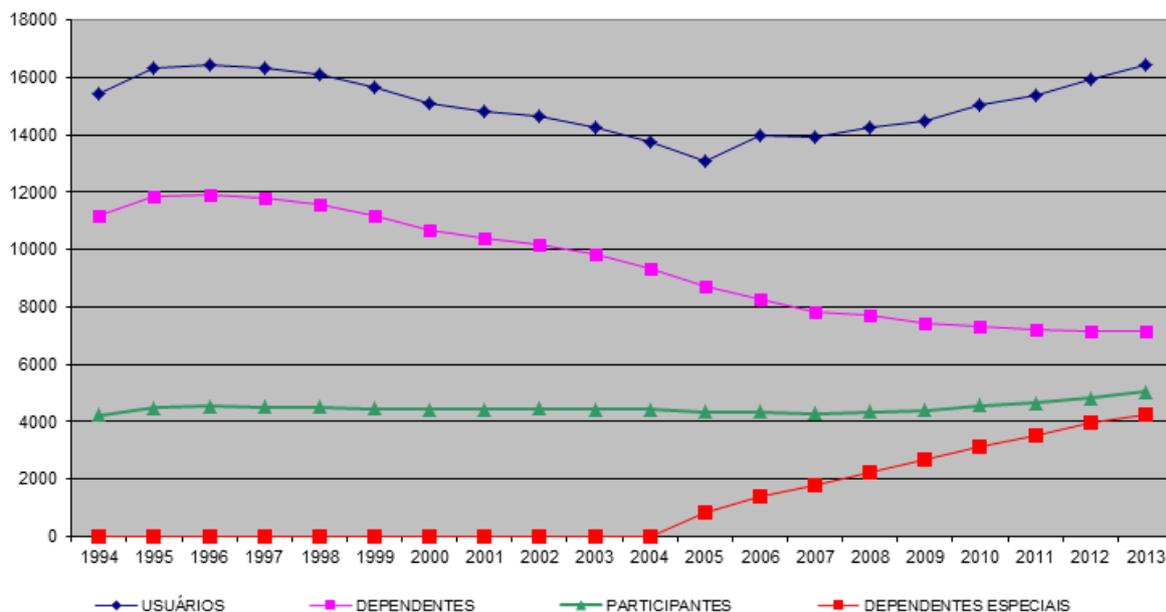
Patrocinador	2013					2012					Variação Anual (%)
	Participantes	Dependentes	Dependentes Especiais	Total	%	Participantes	Dependentes	Dependentes Especiais	Total	%	
UFV	4.938	7.012	4.143	16.093	97,955	4.710	7.013	3.906	15.629	97,960	2,97
Funarbe 1	3	5	2	10	0,061	3	5	2	10	0,062	-
AGROS	98	136	70	304	1,850	95	139	62	296	1,858	2,70
Centreinar	5	4	13	22	0,134	5	4	9	18	0,120	22,22
Total	5.044	7.157	4.228	16.429	100	4.813	7.161	3.979	15.953	100	2,98

1 Funcionários da ex-patrocinadora Funarbe que continuaram vinculados ao Instituto após a rescisão do Contrato de Adesão

Quadro 8 - Número de Participantes e de Dependentes dos Planos de Saúde Administrados pelo AGROS, por Produto

Planos	2013					2012				
	Participantes	Dependentes	Dependentes Especiais	Total	%	Participantes	Dependentes	Dependentes Especiais	Total	%
PAS-UFV	7	17	1	25	0,152	9	20	1	30	0,188
AGROS Saúde I com Odontologia	4.435	6.331	3.794	14.560	88,624	4.216	6.325	3.584	14.125	88,541
AGROS Saúde I sem Odontologia	579	790	430	1799	10,950	573	800	393	1.766	11,070
AGROS Saúde II com Odontologia	17	18	1	36	0,219	9	12	1	22	0,138
AGROS Saúde II sem Odontologia	6	1	2	9	0,055	6	4	-	10	0,063
Total	5.044	7.157	4.228	16.429	100	4.813	7.161	3.979	15.953	100

Figura 4 - Evolução do Número de Usuários, Participantes e Dependentes dos Planos de Saúde Administrados pelo AGROS



Quadro 9 - Quantidade e Valor dos Procedimentos Médicos Utilizados pelos Participantes dos Planos de Saúde Administrados pelo AGROS

Procedimentos	2013 (Valores em R\$)			2012 (Valores em R\$)*			Evolução Quantidade (%)	Evolução Custo (%)
	Quantidade	Custo	Participação do Custo (%)	Quantidade	Custo	Participação do Custo (%)		
Consulta	61.993	4.377.390,56	15,36	55.297	3.523.036,76	13,57	12,11	24,25
Exames	190.000	6.272.471,67	22,00	162.698	5.013.625,09	19,31	16,78	25,11
Proc. Ambulatoriais	3.168	554.268,67	1,94	2.791	1.591.394,54	6,13	13,51	-65,17
Fisioterapia	22.129	326.624,32	1,15	23.162	335.457,74	1,29	-4,46	-2,63
Acupuntura	1.859	95.609,16	0,33	2.078	87.751,77	0,34	-10,54	8,95
Hemodiálise	1.826	563.594,40	1,98	1.768	511.582,01	1,97	3,28	10,17
Hemoterapia	299	34.923,08	0,12	237	4.604,01	0,02	26,16	658,54
Quimioterapia	536	1.675.128,50	5,88	511	1.617.435,32	6,23	4,89	3,57
Radioterapia	466	177.832,08	0,62	1.549	229.954,87	0,89	-69,92	-22,67
Psicologia	10.150	373.715,90	1,31	8.448	298.949,61	1,15	20,15	25,01
Fonoaudiologia	1.641	51.446,20	0,18	1.560	46.625,59	0,18	5,19	10,34
Terapia Ocupacional	199	5.119,00	0,02	9	146,31	0,00	2111,11	3398,83
Nutrição	2.930	108.313,40	0,38	2.352	84.845,64	0,33	24,57	27,66
Internações	2.399	13.890.204,40	48,73	2.343	12.620.065,61	48,60	2,39	10,06
Total	299.595	28.506.641,34	100	264.803	25.965.474,89	100	13,14	9,79

* Custo de 2012 corrigidos pelo INPC de 2013 (5,56%).

Quadro 10 - Número e Valor dos Procedimentos Odontológicos Utilizados pelos Participantes dos Planos de Saúde

Classificação das Despesas Odontológicas	2013 (Valores em R\$)			2012 (Valores em R\$)*			Evolução Quantidade (%)	Evolução Custo (%)
	Quantidade	Custo	Participação do Custo (%)	Quantidade	Custo	Participação do Custo (%)		
Diagnose	6.813	182.670,00	9,77	6.879	177.428,41	8,72	-0,96	2,95
Urgência/ Emergência	676	28.589,00	1,53	663	27.583,04	1,36	1,96	3,65
Prevenção	6.422	153.244,00	8,20	7.121	168.373,48	8,28	-9,82	-8,99
Odontopediatria	1.206	32.077,00	1,72	1.726	44.722,61	2,20	-30,13	-28,28
Radiografia	18.961	207.033,00	11,08	18.558	205.157,44	10,08	2,17	0,91
Dentística	6.612	284.692,00	15,23	7.678	315.453,63	15,51	-13,88	-9,75
Endodontia	1.287	191.310,50	10,23	1.299	194.109,53	9,54	-0,92	-1,44
Periodontia	7.002	277.011,00	14,82	7.529	291.296,73	14,32	-6,99	-4,90
Cirurgia	1.194	95.625,00	5,12	1.489	123.555,87	6,07	-19,81	-22,61
Próteses	3.561	417.023,00	22,31	3.805	486.602,47	23,92	-6,41	-14,30
Total	53.734	1.869.274,50	100	56.747	2.034.283,20	100	-5,31	-8,11

* Custo de 2012 corrigidos pelo INPC de 2013 (5,56%).

Quadro 11 - Receitas Assistenciais

Receitas (Valores em mil - R\$)				
	2013		2012	
	Contribuições	Investimentos	Contribuições	Investimentos
Planos Assistenciais	35.314	3.244	54.212	4.064
Total	38.558		58.276	

Quadro 12 - Despesas Assistenciais

Despesas (Valores em mil - R\$)				
	2013		2012	
	Coberturas Assistenciais	Despesas Administrativas	Coberturas Assistenciais	Despesas Administrativas
Planos Assistenciais	37.711	3.853	57.508	3.831
Total	41.564		61.339	

Na coluna “Contribuições” das Receitas Assistenciais de 2012 foram consideradas as contribuições da patrocinadora UFV referentes à atualização de débito em processo judicial. Assim, esse valor era registrado nas Despesas Assistenciais, entrando como Receita e saindo com Despesa. Em 2013 a forma de contabilização foi alterada e o registro contábil desse débito deixou de ocorrer como contribuições. Dessa forma, para uma melhor comparação, devem-se considerar as receitas totais em 2012 no valor de R\$ 34.505 e as despesas totais, no valor de R\$ 37.568, deduzindo-se o valor de R\$ 23.771 relativo ao Acréscimo sem Provisão Contingencial da Patrocinadora (Judicial).

O quadro 13 “Demonstrativo das Despesas Administrativas com Pessoal” é uma novidade neste relatório, introduzida com base no artigo 9º da Instrução Normativa nº 5/2013 da PREVIC, com o objetivo de apresentar de forma discriminada as despesas administrativas com funcionários, diretores, conselheiros, consultores e outros prestadores de serviço.

Quadro 13 - Demonstrativo das Despesas Administrativas com Pessoal (Valores de mil – R\$)

Contas	Despesas Administrativas - PGA			Consolidado - PGA	Despesas Adm. Assistenciais Diretas	Total Geral
	Gestão Previdencial	Gestão Investimentos	Gestão Assistencial			
Pessoal e Encargos	6.646	675	3.030	10.351	-	10.351
Conselheiros	430	5	34	469	-	469
Dirigentes	613	6	47	666	-	666
Pessoal Próprio	5.603	664	2.949	9.216	-	9.216
Terceirizados	181	2	14	197	-	197
Mão de Obra - Sede do AGROS	181	2	14	197	-	197
Prestadores de Serviços	698	4	24	726	-	726
Consultoria Atuarial	26	-	-	26	-	26
Consultoria Jurídica	271	1	3	275	-	275
Informática	321	2	15	338	-	338
Auditoria	80	1	6	87	-	87
Despesas Diretas do Assistencial	-	-	-	-	559	559
Serviços de Terceiros	-	-	-	-	559	559
Honorários Advocatícios	-	-	-	-	40	40
Honorários de Auditoria	-	-	-	-	164	164
Honorários de Consultoria	-	-	-	-	66	66
Honorários de Serviços Tec. Informática	-	-	-	-	289	289
Total Geral	7.525	681	3.068	11.274	559	11.833

**Resumo da Política de Investimentos dos Planos
Exercício 2013 (Período de referência 01/2013 a 12/2013)**

• **Planos A - Plano de Benefícios Previdenciários - Celetista**

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
INPC	5%

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	43
Renda Variável	60	28
Imóveis	8	8
Empréstimos e Financiamentos	15	13
Investimentos Estruturados	20	8
Investimentos no Exterior	10	0

• **Plano B - Plano de Benefícios Previdenciários - Estatutário**

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
INPC	5%

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	42
Renda Variável	60	24
Imóveis	8	8
Empréstimos e Financiamentos	15	14
Investimentos Estruturados	20	8
Investimentos no Exterior	10	0

• **Plano C – Plano de Benefícios Previdenciários AGROS CD-01**

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
Selic	0

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

• **Planos de Benefícios Assistenciais**

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
Selic	0

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

• **Plano de Gestão Administrativa (PGA)**

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
Selic	0

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

Demonstrativo dos Investimentos

Posição do Programa de Investimentos em Dezembro/2013 (Valores em R\$)

Segmentos de Ativos	Plano A		Plano B		Plano AGROS CD-01		PGA		Assistencial	
	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)
Títulos Públicos	32.288.523,30	22,82	122.616.269,06	25,47	-	-	17.823.915,69	50,11	18.456.396,36	46,40
Ações Carteira à Vista	28.658.053,75	20,24	81.949.591,82	17,02	-	-	-	-	-	-
Fundos de Ações	17.460.102,57	12,33	45.327.787,59	9,41	-	-	-	-	-	-
Rendimentos e Vendas a Receber	71.484,36	0,05	204.600,85	0,04	-	-	-	-	-	-
Títulos Créditos	7.672.918,07	5,42	29.182.855,12	6,06	-	-	7.661.790,50	21,54	15.109.695,74	37,99
Títulos de Empresas	9.740.499,65	6,88	38.401.466,02	7,97	-	-	3.475.816,51	9,78	1.161.351,76	2,92
Investimentos Estruturados	4.658.622,49	3,29	13.574.269,65	2,82	-	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	13.887.710,17	9,81	58.395.641,55	12,12	-	-	-	-	-	-
Investimentos Imobiliários	17.473.944,61	12,34	57.545.537,78	11,95	-	-	-	-	-	-
Fundos Imobiliários	262.789,85	0,19	737.964,50	0,15	-	-	-	-	-	-
SWAP	1.607,95	-	6.237,54	-	-	-	7.882,63	0,02	22.408,69	0,06
Fundos de Rede	9.335.436,59	6,59	33.492.497,59	6,95	4.104.318,82	100	6.601.814,03	18,56	5.030.046,31	12,65
Receitas/Despesas	(1.490,01)	-	(1.490,01)	-	-	-	(2.712,06)	-0,01	(7.992,91)	-0,02
Outros Realizáveis	62.123,23	0,04	200.649,89	0,04	-	-	-	-	-	-
Total	141.572.326,59	100	481.633.878,95	100	4.104.318,82	100	35.568.507,30	100	39.771.905,94	100

Total das Alocações dos Recursos da Entidade em 2013 (Valores em R\$)

Segmentos de Aplicação	Plano A		Plano B		Plano AGROS CD-01		PGA		Assistencial	
	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor (R\$)	Participação (%)	Valor (R\$)	Participação (%)	Valor (R\$)	Participação (%)
Renda Fixa	59.300.285,40	41,91	224.435.799,82	46,62	4.104.318,82	100	35.568.507,30	100	39.771.905,94	100
Renda Variável	46.189.640,68	32,64	127.481.980,26	26,48	-	-	-	-	-	-
Imóveis	17.473.944,61	12,35	57.545.537,78	11,95	-	-	-	-	-	-
Investimentos Estruturados	4.658.622,49	3,29	13.574.269,65	2,82	-	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	13.887.710,17	9,81	58.395.641,55	12,13	-	-	-	-	-	-
Total	41.510.203,36	100	481.433.229,06	100	4.104.318,82	100	35.568.507,30	100	39.771.905,94	100

Custos da Gestão dos Recursos de Investimentos por Plano em 2013 (Valores em R\$)

Descrição	Plano A	Plano B	Plano AGROS CD-01	PGA	Assistencial	Total
Gestão Interna	231.143,17	752.481,57	5.053,33	46.795,26	52.028,12	1.087.501,45
Pessoal/Encargos	141.261,64	480.589,66	4.094,54	35.490,69	39.683,38	701.119,90
Consultorias	5.465,89	15.736,16	0,00	0,00	0,00	21.202,05
Auditorias	2.446,23	8.322,37	70,91	614,59	687,20	12.141,30
Sistema de Risco	3.913,90	13.315,57	113,45	983,33	1.099,50	19.425,75
Custódia	13.311,11	38.363,98	233,88	5.021,23	5.319,10	62.249,31
Corretagens	46.095,27	132.707,17	0,00	0,00	0,00	178.802,44
Despesas Gerais (Sist.Infor.)	18.649,13	63.446,66	540,55	4.685,42	5.238,94	92.560,70
Gestão Externa	126.658,44	430.907,74	3.671,26	31.821,77	35.581,04	628.640,25
Taxa de Administração	76.962,15	261.834,80	2.230,78	19.336,04	21.620,31	381.984,08
Corretagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Anbid	1.748,69	5.949,26	50,69	439,34	491,24	8.679,22
Taxa Selic	1.482,99	5.045,34	42,99	372,59	416,60	7.360,51
Taxa Cetip	12.815,34	43.599,37	371,46	3.219,74	3.600,10	63.606,00
Taxa CVM	15.554,54	52.918,47	450,86	3.907,93	4.369,60	77.201,40
Custódia	3.028,50	10.303,33	87,78	760,88	850,77	15.031,26
Auditorias	8.058,60	27.416,34	233,58	2.024,65	2.263,83	39.997,00
Outras	7.007,63	23.840,83	203,12	1.760,60	1.968,59	34.780,78
Total	357.801,61	1.183.389,31	8.724,59	78.617,03	87.609,16	1.716.141,70

Rentabilidade por Segmento - 2013

Segmentos	Rentabilidades ¹ (%)				
	Plano A	Plano B	Plano AGROS CD-01	PGA	Assistencial
Renda Fixa ²	5,95	5,76	7,84	6,97	8,17
Renda Variável ³	-1,34	-1,68	-	-	-
Imóveis	18,84	18,94	-	-	-
Investimentos Estruturados	-6,31	-4,97	-	-	-
Operações com Participantes	18,84	17,80	-	-	-
Recursos Gar. das Res. Técnicas (RGRT) ⁴	6,15	6,74	7,84	6,97	8,17
Ibovespa ⁵	-15,50	-15,50	-	-	-
Selic	8,22	8,22	8,22	8,22	8,22
Meta Atuarial ⁶	10,84	10,84	8,22	8,22	8,22

1. A rentabilidade é calculada pelo método de cotas

2. Rentabilidade dos Títulos de Renda Fixa e dos Fundos de Investimentos

3. Rentabilidade da Carteira Própria de Ações e dos Fundos de Ações

4. Rentabilidade dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas

5. Índice da Bolsa de Valores de São Paulo

6. INPC + 5% a.a. (Taxa Atuarial)



Metas de Rentabilidade por Segmento - 2013

Segmento	Plano A	Plano B	Plano AGROS CD-01	PGA	Assistencial
Renda Fixa	IPCA + 5% a.a.	IPCA + 5% a.a.	100% Selic	100% Selic	100% Selic
Renda Variável	Ibovespa + 1%	Ibovespa + 1%	-	-	-
Investimentos Estruturados	IPCA + 8% a.a.	IPCA + 8% a.a.	-	-	-
Investimentos no Exterior	IPCA + 5% a.a.	IPCA + 5% a.a.	-	-	-
Imóveis	INPC + 5% a.a.	INPC + 5% a.a.	-	-	-
Empréstimos a Participantes	INPC + 7% a.a.	INPC + 7% a.a.	-	-	-
Meta atuarial	INPC + 5% a.a.	INPC + 5% a.a.	100% Selic	100% Selic	100% Selic

Previsto na Política de Investimentos	Value at Risk (VaR)
Renda Fixa – 3% do valor alocado	0,23%
Renda Variável – 20% valor alocado	7,70%

Os limites de tolerância a risco foram medidos pelo Value at Risk (VaR), modelo não paramétrico com grau de confiança de 95%, considerando o horizonte de tempo e as oscilações do mercado.

Ressalta-se que as alocações dos ativos do AGROS no ano de 2013, entre os diversos segmentos, respeitaram os limites de aplicação previstos na Resolução 3.792 do Banco Central do Brasil, de 24 de setembro de 2009, e 3.846, de 25 de março de 2010, e encontram-se de acordo com as metas definidas na Política de Investimentos ao AGROS, aprovada em 18 de dezembro de 2012, por meio da Resolução 274/2012.

Desempenho Financeiro

No âmbito mundial, o ano de 2013 foi caracterizado por alguns desdobramentos econômicos que merecem destaque. Nos EUA, cujo Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 1,9%, o período ficou marcado pela recuperação da economia, que permitiu o início da retirada dos estímulos monetários pelo Banco Central Americano.

Seguindo a dinâmica de recuperação da economia, a Europa surpreendeu positivamente os mercados ao demonstrar sinais de melhora. O Banco Central Europeu manteve a política de redução dos juros, cujo fechamento anual foi de 0,25%.

Na China, o receio de desaceleração brusca da economia impeliu o governo do país a tomar medidas expansionistas, o que garantiu a estabilidade da economia em 2013. O crescimento do PIB manteve-se em patamares elevados se comparados com o resto do mundo, atingindo um crescimento de 7,7%.

No Japão, o principal destaque ocorreu com a mudança na condução da política monetária visando estimular a economia, tendo seu PIB apresentado um crescimento de 1,6%.

No Brasil, 2013 teve início com a expectativa de retomada do crescimento. No entanto, o resultado fraco do PIB no primeiro trimestre deteriorou a concretização de tais expectativas, fator que não impediu o Banco Central de executar o aperto monetário. Mesmo diante de uma economia com crescimento abaixo do esperado, o Comitê Monetário Nacional, preocupado em controlar a inflação, decidiu pela elevação progressiva da taxa básica de juros, cujo fechamento foi de 10% a.a. Nesse ambiente econômico, a inflação encerrou o ano em 5,91%. Quanto ao crescimento econômico, 2013 registrou alta de 2,3% no PIB. Em comparação com o crescimento de outros países, o resultado alcançado pelo Brasil não foi ruim, contudo, abaixo da expectativa do início do ano.

Diante dos quadros nacional e mundial, o AGROS, em consonância com sua Política de Investimentos, manteve a prática de prudência e reponsabilidade com relação aos seus investimentos e deu continuidade a uma postura menos conservadora. Tendo em vista o cenário de juros baixos vivenciado no início de 2013 com relação aos títulos públicos federais, o Instituto incrementou a aquisição de títulos privados e de outros ativos reais na carteira de investimentos.

O AGROS encerrou o exercício de 2013 com as seguintes participações em seus principais investimentos: 51,70% dos recursos totais investidos em renda fixa; 24,73% na carteira de renda variável; 10,29% na carteira de empréstimos e 10,68% na carteira imobiliária.

Os destaques positivos de rentabilidades durante o ano de 2013 foram a carteira de imóveis, com 18,91%, e a carteira de empréstimos, com 17,81%. O destaque negativo ficou por conta da carteira de renda variável, com rentabilidade de -1,59%.

Na apuração separada por plano, o Plano A (CLT) atingiu rentabilidade de 6,15% e o Plano B (RJU), de 6,74%, não atingindo a meta atuarial, de 10,84% para o ano. A rentabilidade de ambos foi prejudicada pelo fato de a carteira de renda variável fazer parte dos investimentos destes planos, também pelo fraco desempenho da renda fixa. O Plano AGROS CD-01 obteve rentabilidade de 7,84%, enquanto o Plano Assistencial apresentou rentabilidade de 8,17%, ambos abaixo da taxa média Selic, que foi de 8,29% no período.

A rentabilidade dos planos previdenciários do AGROS, no cômputo geral dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas foi de 6,69% em 2013, ficando 4,15 pontos percentuais abaixo da meta atuarial do AGROS.

Demonstrações Contábeis*

Demonstração dos Balanços Patrimoniais – Consolidado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em mil – R\$)

Ativo	Exercício 2013	Exercício 2012	Passivo	Exercício 2013	Exercício 2012
Disponível	193	95	Exigível Operacional	3.319	3.582
			Gestão Previdencial	111	1.282
Realizável	671.032	648.532	Gestão Administrativa	1.948	1.954
Gestão Previdencial	44	95	Investimentos	1.260	346
Gestão Administrativa	8.109	7.326	Exigível Contingencial	18.941	16.737
Investimentos	662.879	641.111	Gestão Administrativa	6.259	5.036
Créditos Privados e	6	6.902	Investimentos	12.682	11.701
Depósitos			Patrimônio Social	651.605	631.151
Ações	110.884	152.257	Patrimônio de Cobertura	584.263	507.048
Fundos de Investimentos	404.423	344.238	do Plano		
Investimentos Imobiliários	75.020	65.164	Provisões Matemáticas	446.276	416.814
Empréstimos	72.283	72.341	Benefícios Concedidos	182.872	169.485
Outros Realizáveis	263	209	Benefícios a Conceder	263.404	247.329
	2.640	2.843		137.987	90.234
Permanente	2.623	2.819	Equilíbrio Técnico	137.987	90.234
Imobilizado	17	24	Resultados Realizados	137.987	90.234
Intangível			Superávit Técnico Acumulado	67.342	124.103
	43.150	44.488	Fundos	26.501	87.181
Gestão Assistencial			Fundos Previdenciais	38.167	34.904
			Fundos Administrativos	2.674	2.018
			Fundos dos Investimentos	43.150	44.488
Total do Ativo	717.015	695.958	Gestão Assistencial		
			Total do Passivo	717.015	695.958

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido Plano A (Celetista)**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em mil – R\$)**

Descrição	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
1. Ativos	<u>151.531</u>	<u>150.477</u>	<u>0,70</u>
Disponível	36	17	111,76
Recebíveis	9.923	9.075	9,34
Investimentos	141.572	141.385	0,13
Créditos Privados e Depósitos	2	1.722	-99,88
Ações	28.729	39.245	-26,80
Fundos de Investimentos	81.417	72.178	12,80
Investimentos Imobiliários	17.474	15.167	15,21
Empréstimos	13.888	13.023	6,64
Outros Realizáveis	62	50	24,00
2. Obrigações	<u>2.950</u>	<u>2.810</u>	<u>4,98</u>
Operacional	412	469	-12,15
Contingencial	2.538	2.341	8,42
3. Fundos Não Previdenciais	<u>10.025</u>	<u>9.134</u>	<u>9,75</u>
Fundos Administrativos	9.923	9.075	9,34
Fundos de Investimentos	102	59	72,88
4. Ativo Líquido (1-2-3)	<u>138.556</u>	<u>138.533</u>	<u>0,02</u>
Provisões Matemáticas	111.186	99.014	12,29
Superávit / Déficit Técnico	27.370	19.073	43,50
Fundos Previdenciais	0	20.446	-100,00

Demonstração do Ativo Líquido Plano B (Estatutário)**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em mil – R\$)**

Descrição	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
1. Ativos	<u>510.021</u>	<u>491.399</u>	<u>3,79</u>
Disponível	100	49	104,08
Recebíveis	28.287	25.909	9,18
Investimentos	481.634	465.441	3,48
Créditos Privados e Depósitos	5	5.180	-99,90
Ações	82.154	113.012	-27,31
Fundos de Investimentos	283.333	237.775	19,16
Investimentos Imobiliários	57.546	49.997	15,10
Empréstimos	58.395	59.318	-1,56
Outros Realizáveis	201	159	26,42
2. Obrigações	<u>11.099</u>	<u>10.518</u>	<u>5,52</u>
Operacional	955	1.159	-17,60
Contingencial	10.144	9.359	8,39
3. Fundos Não Previdenciais	<u>30.815</u>	<u>27.788</u>	<u>10,89</u>
Fundos Administrativos	28.243	25.829	9,35
Fundos de Investimentos	2.572	1.959	31,29
4. Ativo Líquido (1-2-3)	<u>468.107</u>	<u>453.093</u>	<u>3,31</u>
Provisões Matemáticas	330.990	315.197	5,01
Superávit / Déficit Técnico	110.616	71.161	55,44
Fundos Previdenciais	26.501	66.735	-60,29

Demonstração do Ativo Líquido Plano C (AGROS CD-01)**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em mil – R\$)**

Descrição	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
1. Ativos	4.104	2.604	57,60
Recebíveis	0	16	-100,00
Investimentos	4.104	2.588	58,58
Fundos de Investimentos	4.104	2.588	58,58
2. Obrigações	3	1	200,00
Operacional	3	1	200,00
3. Ativo Líquido (1-2)	4.101	2.603	57,55
Provisões Matemáticas	4.101	2.603	57,55

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano A (Celetista)**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em mil – R\$)**

Descrição	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
A) Ativo Líquido – Início do Exercício	138.533	124.922	10,90
1. Adições	12.277	25.546	-51,94
(+) Contribuições Previdenciárias	0	4.533	-100,00
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.277	21.013	-41,57
2. Destinações	12.254	11.935	2,67
(-) Benefícios Previdenciários	5.479	4.731	15,81
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.775	51	13184,31
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	0	4.533	-100,00
(-) Custeio Administrativo	0	2.620	-100,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	23	13.611	-99,83
(+/-) Provisões Matemáticas	12.172	13.436	-9,41
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-12.149	175	-7042,29
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	138.556	138.533	0,02
C) Fundos Não Previdenciais	10.025	9.134	9,75
(+/-) Fundos Administrativos	9.923	9.075	9,34
(+/-) Fundos de Investimentos	102	59	72,88

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano B (Estatutário)**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em mil – R\$)**

Descrição	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	453.093	421.860	7,40
1. Adições	41.874	52.366	-20,04
(+) Contribuições Previdenciárias	549	564	-2,66
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	41.325	51.802	-20,23
2. Destinações	26.860	21.133	27,10
(-) Benefícios Previdenciários	6.891	5.930	16,21
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	19.962	7.376	170,63
(-) Custeio Administrativo	7	7.827	-99,91
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	15.014	31.233	-51,93
(+/-) Provisões Matemáticas	15.793	30.981	-49,02
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-779	252	-409,13
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	468.107	453.093	3,31
C) Fundos Não Previdenciais	30.815	27.788	10,89
(+/-) Fundos Administrativos	28.243	25.829	9,35
(+/-) Fundos de Investimentos	2.572	1.959	31,29

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano C (AGROS CD-01)**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em mil – R\$)**

Descri�o	Exercício 2013	Exercício 2012	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	2.603	1.361	91,26
1. Adi�es	1.644	1.277	28,74
(+) Contribui�es Previdenciárias	1.394	1.099	26,84
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	250	178	40,45
2. Destina�es	146	35	317,14
(-) Benefícios	132	24	450,00
(-) Custeio Administrativo	14	11	27,27
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.498	1.242	20,61
(+/-) Provisões Matemáticas	1.498	1.242	20,61
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	4.101	2.603	57,55

Demonstrac o da Muta o do Patrimônio Social - Consolidada**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em mil – R\$)**

Descri�o	Exercício 2013	Exercício 2012	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	668.152	618.630	8,01
1. Adi�es	108.860	157.651	-30,95
(+) Contribui�es Previdenciais	1.921	6.195	-68,99
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	53.853	72.993	-26,22
(+) Receitas Administrativas	14.897	16.215	-8,13
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.241	3.194	-29,84
(+) Constitui�o de Fundos de Investimentos	657	778	-15,55
(+) Receitas Assistenciais	35.291	58.276	-39,44
2. Destina�es	91.413	108.129	-15,46
(-) Benefícios	12.503	10.685	17,01
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	26.737	17.885	49,49
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	0	4.533	-100,00
(-) Despesas Administrativas	12.915	13.355	-3,29
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	67	0	100,00
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	894	333	168,47
(-) Despesas Assistenciais	38.297	61.338	-37,56
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	17.447	49.522	-64,77
(+/-) Provisões Matemáticas	29.462	45.658	-35,47
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-12.928	427	-3127,63
(+/-) Fundos Administrativos	3.262	5.721	-42,98
(+/-) Fundos dos Investimentos	657	778	-15,55
(+/-) Gestão Assistencial	-3.006	-3.062	-1,83
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	685.599	668.152	2,61

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios A (Celetista)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	141.608	141.402	0,15
1. Provisões Matemáticas	111.186	99.014	12,29
1.1. Benefícios Concedidos	63.878	54.759	16,65
Benefício Definido	63.878	54.759	16,65
1.2. Benefício a Conceder	47.308	44.255	6,90
Benefício Definido	47.308	44.255	6,90
2. Equilíbrio Técnico	27.370	19.073	43,50
2.1. Resultado Realizado	27.370	19.073	43,50
Superávit Técnico Acumulado	27.370	19.073	43,50
Reserva de Contingência	27.370	19.073	43,50
3. Fundos	102	20.505	-99,50
3.1. Fundos Previdenciais	0	20.446	-100,00
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	102	59	72,88
4. Exigível Operacional	412	469	-12,15
4.1. Gestão Previdencial	63	354	-82,20
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	349	115	203,48
5. Exigível Contingencial	2.538	2.341	8,42
5.1. Investimentos - Gestão Previdencial	2.538	2.341	8,42

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios B (Estatutário)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	481.778	465.570	3,48
1. Provisões Matemáticas	330.990	315.197	5,01
1.1. Benefícios Concedidos	118.995	114.725	3,72
Benefício Definido	118.995	114.725	3,72
1.2. Benefício a Conceder	211.995	200.472	5,75
Benefício Definido	211.995	200.472	5,75
2. Equilíbrio Técnico	110.616	71.161	55,44
2.1. Resultado Realizado	110.616	71.161	55,44
Superávit Técnico Acumulado	110.616	71.161	55,44
Reserva de Contingência	82.747	71.161	16,28
Reserva para Revisão do Plano	27.869	0	100,00
3. Fundos	29.073	68.694	-57,68
3.1. Fundos Previdenciais	26.501	66.735	-60,29
3.2. Fundos de Investimento - Gestão Previdencial	2.572	1.959	31,29
4. Exigível Operacional	955	1.159	-17,60
4.1. Gestão Previdencial	44	928	-95,26
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	911	231	294,37
5. Exigível Contingencial	10.144	9.359	8,39
5.1. Investimentos - Gestão Previdencial	10.144	9.359	8,39

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios C (AGROS CD-01)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2)	4.104	2.604	57,60
1. Provisões Matemáticas	4.101	2.603	57,55
1.1. Benefício a Conceder	4.101	2.603	57,55
Contribuição Definida	4.101	2.603	57,55
Saldo de contas - parcela participantes	4.101	2.603	57,55
2. Exigível Operacional	3	1	200,00
2.1. Gestão Previdencial	3	1	200,00

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	34.905	29.184	19,60
1. Custeio da Gestão Administrativa	17.138	19.409	-11,70
1.1. Receitas	7.138	19.409	-11,70
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	21	11	90,91
Custeio Administrativo dos Investimentos	10.527	10.448	0,76
Taxa de Administração de Empréstimos	743	823	-9,72
Receitas Diretas	0	17	-100,00
Resultado Positivo dos Investimentos	2.241	3.194	-29,84
Reembolso da Gestão Assistencial	3.267	3.218	1,52
Outras Receitas	339	1.698	-80,04
2. Despesas Administrativas	13.809	13.688	0,88
2.1. Administração Previdencial	9.624	9.123	5,49
Pessoal e Encargos	6.677	6.319	5,67
Treinamentos/Congressos e Seminários	65	49	32,65
Viagens e Estádias	148	149	-0,67
Serviços de Terceiros	1.392	1.768	-21,27
Despesas Gerais	285	336	-15,18
Depreciações e Amortizações	234	196	19,39
Contingências	823	306	168,95
2.2. Administração dos Investimentos	918	1.347	-31,85
Pessoal e Encargos	676	1.079	-37,35
Treinamentos/Congressos e Seminários	1	1	0,00
Viagens e Estádias	13	1	1200,00
Serviços de Terceiros	210	234	-10,26
Despesas Gerais 4	27	-85,19	-85,19
Contingências	14	5	180,00
2.3. Administração Assistencial	3.267	3.218	1,52
3. Resultado Negativo dos Investimentos	67	0	100,00
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	3.262	5.721	-42,98
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	3.262	5.721	-42,98
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	38.167	34.905	9,35

Balço Patrimonial Assistencial - Ativo

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em R\$)

Descrição	2013	2012 Reclassificado
Ativo Circulante	42.905.087,42	44.395.179,62
Disponível	193.196,44	26.278,18
Realizável	42.711.890,98	44.368.901,44
Aplicações Financeiras	39.771.905,94	41.893.454,02
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	3.989.641,78	2.076.148,50
Aplicações Não Vinculadas	35.782.264,16	39.817.305,52
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	2.921.863,05	2.469.679,87
Contraprestação Pecuniária a Receber	2.251.833,67	1.916.968,50
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	670.029,38	552.711,37
Bens e Títulos da Receber	8.977,56	1.069,47
Despesas Antecipadas	9.144,43	4.698,08
Ativo Não Circulante	245.287,22	93.079,37
Realizável a Longo Prazo	97.775,25	93.079,37
Depósitos Judiciais e Fiscais	97.775,25	93.079,37
Imobilizado	147.511,97	-
Imobilizado de Uso Próprio	147.511,97	-
Não Hospitalares / Odontológicos	147.511,97	-
Total do Ativo	43.150.374,64	44.488.258,99

Balço Patrimonial Assistencial - Passivo

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em R\$)

Descrição	2013	2012 Reclassificado
Passivo Circulante	7.291.349,69	5.653.113,85
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	6.398.653,35	4.686.048,58
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	131.344,48	106.266,86
Provisões de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	2.546.200,12	2.015.696,52
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	3.721.108,75	2.564.085,20
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	259.045,61	176.224,03
Contraprestações a Restituir	29.305,87	7.999,31
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	229.739,74	168.224,72
Débitos com Oper. de Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Planos de Saúde da Operadora	7.024,15	2.131,72
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	329.946,30	264.826,47
Débitos Diversos	296.680,28	523.883,05
Passivo Não Circulante	1.865.422,39	1.835.022,99
Provisões	1.865.422,39	1.835.022,99
Provisões Para Ações Judiciais	1.865.422,39	1.835.022,99
Patrimônio Líquido	3.993.602,56	37.000.122,15
Patrimônio Social	33.993.602,56	37.000.122,15
Total do Passivo	43.150.374,64	44.488.258,99

Demonstração do Resultado Assistencial

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em R\$)

Descrição	2013	2012 Reclassificado
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	<u>34.811.795,91</u>	<u>30.165.708,29</u>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	34.811.795,91	30.165.708,29
Contraprestações Líquidas	34.811.795,91	30.165.708,29
Eventos Indenizáveis Líquidos	<u>(29.872.476,32)</u>	<u>(26.541.648,24)</u>
Eventos Conhecidos ou Avisados	(28.715.452,77)	(26.171.911,68)
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(1.157.023,55)	(369.736,56)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	<u>4.939.319,59</u>	<u>3.624.060,05</u>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde	2.179,32	1.715,79
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	499.851,45	19.442,77
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	-	18.809,43
Outras Receitas Operacionais	499.851,45	633,34
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	<u>(7.794.909,27)</u>	<u>(7.176.924,98)</u>
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(7.040.321,42)	(6.551.289,25)
Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(730.442,99)	(466.708,41)
Provisão Para Perdas Sobre Créditos	(24.144,86)	(158.927,32)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	<u>(34.165,60)</u>	<u>(4.005,02)</u>
Resultado Bruto	<u>(2.387.724,51)</u>	<u>(3.535.711,39)</u>
Despesas Administrativas	<u>(3.853.183,45)</u>	<u>(3.830.517,44)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>3.234.388,37</u>	<u>4.303.723,58</u>
Receitas Financeiras	3.244.055,86	4.318.238,46
Despesas Financeiras	(9.667,49)	(14.514,88)
Resultado Líquido	<u>(3.006.519,59)</u>	<u>(3.062.505,25)</u>
Déficit do Exercício	<u>(3.006.519,59)</u>	<u>(3.062.505,25)</u>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Assistencial

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em R\$)

Descrição	Patrimônio Social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>40.062.627,40</u>	<u>40.062.627,40</u>
Déficit do Exercício	-3.062.505,25	-3.062.505,25
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>37.000.122,15</u>	<u>37.000.122,15</u>
Déficit do Exercício	-3.006.519,59	-3.006.519,59
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>33.993.602,56</u>	<u>33.993.602,56</u>

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto - Assistencial
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em R\$)

Descrição	2013	2012
Atividades Operacionais		
Recebimento de Planos de Saúde	34.711.657,93	30.473.142,74
Resgate de Aplicações Financeiras	11.144.140,85	21.690.717,28
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	2.092.043,49	3.987.746,34
Outros Recebimentos Operacionais	12.096,58	32.099,25
Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviços de Saúde	(30.835.868,43)	(27.740.668,68)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(2.440.067,13)	(2.533.082,91)
Pagamento de Tributos	(2.457.264,73)	(2.484.704,42)
Aplicações Financeiras	(7.906.480,30)	(19.912.830,85)
Outros Pagamentos Operacionais	(3.993.321,00)	(3.535.183,30)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	326.937,26	(22.764,55)
Atividades de Investimentos		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(160.019,00)	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(160.019,00)	-
Variação Líquida do Caixa	166.918,26	(22.764,55)
Variação Líquida do Caixa	166.918,26	(22.764,55)
Caixa - Saldo Inicial	26.278,18	49.042,73
Caixa - Saldo Final	193.196,44	26.278,18
Ativos Livres no Início do Período	39.843.583,70	41.722.264,14
Ativos Livres no Final do Período	35.975.460,60	39.843.583,70
Diminuição nas Aplicações Financeiras - Recursos Livres	(3.868.123,10)	(1.878.680,44)

Demonstração do Resultado Abrangente - Assistencial
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores em R\$)

	2013	2012
Déficit do Exercício	(3.006.519,59)	(3.062.505,25)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	(3.006.519,59)	(3.062.505,25)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios de 2013 e 2012

1. Contexto Operacional

O AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e Operadora de Plano de Saúde na modalidade autogestão, constituindo-se, então, de Planos Previdenciários e Planos Assistenciais. Dessa forma, tem como órgãos reguladores e fiscalizadores a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

São dois planos previdenciários de Benefício Definido (BD), os Planos A e B, um plano previdenciário de Contribuição Definida (CD), o Plano C ou AGROS CD-01, e cinco planos assistenciais.

Os Patrocinadores dos Planos Previdenciários BD e dos Planos Assistenciais são:

- UFV - Universidade Federal de Viçosa; e
- AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social.
- O Plano Previdenciário C, denominado AGROS CD-01, tem como Instituidores:
- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Federal de Viçosa (UFV-CREDI);
- Sindicato dos Securitários de Minas Gerais (SINDISEC); e
- Federação dos Contabilistas de Minas Gerais (FECON).

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o AGROS não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a título de lucro ou participação no resultado.

Nos exercícios de 2013 e 2012, a totalidade dos recursos foi aplicada no país e a escrituração dos recursos, bem como dos resultados alocados como: adições, deduções, rendas, variações positivas e negativas, receitas e despesas, foi registrada em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

2. Plano de Benefícios de Natureza Previdenciária

O AGROS oferece aos participantes os seguintes planos, que são reconhecidos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB – PREVIC):

- **PLANO PREVIDENCIÁRIO A - CELETISTA - BENEFÍCIO DEFINIDO:** corresponde ao plano original registrado no CNPB sob o nº 19.800.008-83. Esse plano de benefícios abrange:
 - Os funcionários da UFV que não são regidos pela Lei 8.112/90 - Regime Jurídico Único (RJU), portanto, sujeitos às regras e determinações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
 - Os funcionários do AGROS; e
 - Os funcionários das ex-patrocinadoras CENTREINAR e FUNARBE.

Em julho de 2010, o Conselho Deliberativo (CDE) do AGROS aprovou a Resolução nº 238/2010, que trata da destinação obrigatória do superávit, determinando a redução do percentual de contribuição dos participantes ativos do Plano A para 0,2%, exceto os que aderiram ao plano após dezembro de 2006. Em dezembro de 2010, o CDE aprovou a Resolução nº 244/2010, suspendendo as contribuições de ativos, assistidos e patrocinadores, pelo prazo de três anos, criando ainda o Fundo Previdenciário para Reserva Especial do Plano A, dando destinação ao superávit acumulado em três exercícios consecutivos, e instituiu o benefício denominado Abono Temporário para os participantes assistidos.

A suspensão das contribuições de ativos, assistidos e patrocinadores do Plano A foi implantada a partir de janeiro de 2011 e o benefício denominado Abono Temporário aguarda aprovação da PREVIC.

- **PLANO PREVIDENCIÁRIO B - ESTATUTÁRIO - BENEFÍCIO DEFINIDO:** Esse plano de benefícios, registrado no CNPB sob o nº 19.920.001-74, abrange todos os servidores da UFV regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU) e que, portanto, não estão sujeitos às regras e determinações da CLT e do RGPS.

Em julho de 2010, atendendo aos normativos sobre destinação voluntária do superávit, o CDE aprovou a Resolução nº 238/2010, determinando a redução do percentual de contribuição dos participantes ativos do Plano B para 0,2%, que foi implantada a partir de agosto de 2010, exceto para aqueles que aderiram ao plano entre janeiro e abril de 2007. Em dezembro de 2010, o CDE aprovou a Resolução nº 245/2010, criando o Fundo Previdenciário para Reserva Especial do Plano B, dando destinação, de forma voluntária, ao superávit e instituiu o benefício denominado Abono Temporário para os participantes assistidos. A implantação dessas medidas aguarda aprovação da PREVIC.

- **PLANO PREVIDENCIÁRIO “C” – AGROS CD-01” – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA** - Também, chamado de Plano de Instituidor, o Plano de Previdenciário AGROS CD-01, aprovado pela Portaria SPC nº 2.174, de 02 de abril de 2008, tem seu registro no CNPB sob o nº 20.080.010-83. Por sua característica de instituidor, os participantes deste plano estão vinculados por meio dos convênios com os instituidores UFV-CREDI, SINDISEC e FECON-MG.

O Instituto adota o regime financeiro de capitalização para cálculo das provisões matemáticas dos Planos “A”, “B” e “AGROS CD-01”.

As metas atuariais para o ano de 2013 dos planos previdenciários de benefício definido: A (CLT) e B (RJU) correspondem à variação do INPC, acrescida de 5% a.a.

3. Apresentação e Principais Práticas Contábeis

3.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas, separadamente para cada segmento das atividades-fim (previdenciária e assistencial), em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e às Operadoras de Planos de Saúde (OPS).

O AGROS apresenta as informações segregadas por plano de benefícios e plano de gestão administrativa (PGA), desde a origem até o seu registro na contabilidade, proporcionando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

3.2. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

3.2.1. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas como: provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

3.2.2. Moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Contábeis

A moeda funcional da entidade é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis que estão em forma comparativa, com as duas colunas (exercício atual e anterior), possibilitando a verificação da evolução ou involução patrimonial.

3.3. Regime de Contabilização

As operações são registradas e apuradas em regime de competência, com exceção do plano AGROS CD-01 que, no recebimento de contribuições, utiliza o regime de caixa.

3.4. Apuração dos Fluxos de Investimentos

Os resultados positivos ou negativos dos investimentos são apurados no Fluxo de Investimentos de cada plano.

4. Composição dos Ativos (Bens e Direitos)

4.1. Ativo Disponível

O AGROS mantém volume mínimo em conta corrente bancária, com o objetivo de suprir os gastos imediatos das atividades dos planos, dentro de uma orientação de fluxo de caixa. Especificamente no Plano AGROS CD-01, todos os recursos são imediatamente destinados à aplicação financeira.

Ativo Disponível – Conta Corrente	2013	2012
Plano A (CLT)	36	17
Plano B (RJU)	100	49
PGA	57	29
Total	193	95

4.2. Ativo Realizável da Gestão Previdencial

As contribuições dos patrocinadores e dos participantes são contabilizadas pelo regime de competência. As contribuições em atraso da patrocinadora UFV são atualizadas monetariamente, até a data de referência das demonstrações contábeis, com base na variação da TR – Taxa Referencial – acrescida de 12% a.a., sem incidência de multa.

O Instituto registra provisão referente aos direitos creditórios pendentes de liquidação sobre os valores a receber em atraso, tais como: dívidas do patrocinador, contratos de empréstimos e aluguéis a receber. Para constituição dessas provisões sobre valores a receber em atraso, são adotados os seguintes percentuais:

Porcentagem	Período de atraso
25%	61 a 120 dias
50%	121 a 240 dias
75%	241 a 360 dias
100%	> 360 dias

Ativo Realizável	2013	2012
Contribuições normais do mês a receber de participantes	44	79
Contribuições normais em atraso a receber de patrocinadores	43.857	38.783
(-) Provisão para Perdas s/Créditos de Liquidação Duvidosa	(43.857)	(38.783)
Outros Valores a Receber	0	16
Total	44	95

4.3. Ativo Realizável da Gestão Administrativa

O Instituto registra as despesas que incidirão nos resultados de meses subsequentes, como também, os depósitos judiciais, os adiantamentos de férias e 13º salários dos funcionários e os recursos a receber dos planos de benefícios referentes aos custeios administrativos.

Ativo Realizável	2013	2012
Despesas Antecipadas	371	378
Depósitos Judiciais / Recursais	6.259	0
Consignação de Valores	2	8
Valores a Recuperar	118	5.042
Adiantamentos	143	93
Valores a Receber	1.216	1.805
Total	8.109	7.326

4.4. Ativo Realizável dos Investimentos

Renda Fixa e Renda Variável - O Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), por meio da Resolução nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e disposições complementares, estabeleceu novos critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, a partir de 1º de janeiro de 2002. As principais mudanças introduzidas referem-se à classificação e ao critério de avaliação dos títulos em duas categorias distintas, como segue:

- Títulos para negociação – Referem-se a títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- Títulos mantidos até o vencimento – Referem-se a títulos e valores mobiliários avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do exercício, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira do Instituto para mantê-las em carteira até o vencimento.

Os Investimentos Imobiliários estão registrados pelo valor reavaliado, como determinam a Resolução CMN nº 3792, de 24/09/2009, a Resolução CGPC nº 08, de 31/10/2011 e a Instrução Normativa SPC nº 34, de 24/09/2009, que preveem avaliação pelo menos a cada três anos. De acordo com a Política de Investimentos do AGROS para o Exercício de 2013, aprovada pela Resolução do CDE nº 274/2012, de 18/12/2012, a reavaliação dos imóveis do Instituto deve ser feita anualmente. A última avaliação ocorreu em Novembro de 2013, tendo seus resultados contabilizados no próprio exercício. Os trabalhos de reavaliação dos imóveis foram realizados pela empresa RAJA CONSULTORIA. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas correspondentes à vida útil remanescente dos bens, constante nos Laudos de Avaliação.

As Operações com Participantes estão avaliadas pelo valor das operações, corrigidas pelo INPC-IBGE, acrescidas de juros de 0,54% ao mês e taxa de administração de 0,10% ao mês. A Taxa de Quitação por Morte - TQM e a Taxa para formação do Fundo Garantidor de Prestações – FGP (de contratação opcional) variam de acordo com a reavaliação da Assessoria Atuarial, realizada nos meses de março, junho, setembro e dezembro. Os prazos de pagamento previstos para os empréstimos variam de 06 a 72 meses.

Composição dos Investimentos	2013	2012
Créditos Privados e Depósitos	6	6.902
Ações	110.884	152.257
Fundos de Investimentos	404.423	344.238
Imóveis	75.020	65.164
Empréstimos	72.283	72.341
Outros Realizáveis	263	209
Total	662.879	641.111

A seguir apresentamos quadros com as composições, por seguimento de investimentos:

4.4.1. Composição de Valores em Créditos Privados e Depósitos (Valores em mil - R\$):

Descrição	2013	2012
Companhias Abertas – Debêntures não Conversíveis	6	6.902
Total	6	6.902

4.4.2. Composição de Valores em Ações (Valores em mil - R\$):

Descrição	2013	2012
Ações – Companhias Abertas	110.884	152.257
Total	110.884	152.25

4.4.3. Composição de Valores em Fundos de Investimentos (Valores em mil - R\$):

Descrição	2013	2012
Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros – Renda Fixa	344.658	328.673
Quotas de Fundos de Investimentos – Ações	45.382	14.549
Quotas de Fundo de Investimentos - Multimercado	10.033	0
Quotas de Fundos de Investimentos - Empresas Emergentes	28	32
Quotas de Fundos de Investimentos - Participações	3.322	984
Quotas de Fundos de Investimentos - Imobiliário	1.000	0
Total (*)	404.423	344.238

As quotas de fundos de investimentos em empresas emergentes representam a parcela do AGROS no Life Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes, que correspondem à participação de 33,45% do fundo. O fundo foi criado em junho de 2002 para administrar o aporte de recursos e a apropriação dos investimentos realizados no Hospital Life Center.

4.4.3.1. Os títulos dos fundos exclusivos a serem mantidos até o vencimento representados pelo valor líquido, são como seguem (Em R\$ Mil):

Período	Valor
2014	22.940
2015	15.913
2016	5.630
2017	11.682
2018	9.545
Total	65.710

4.4.3.2. O Instituto classificou seus títulos e valores mobiliários de renda fixa existentes em 31 de dezembro de 2013, conforme descrito abaixo (Valores em mil - R\$):

Descrição	Títulos Mantidos até o Vencimento		Títulos para Negociação
	Custo(1)	Mercado(2)	Mercado(2)
Quotas de Fundos Exclusivos de Invest. – Renda Fixa	0	65.704	203.159
Companhias Abertas (Título de Empresas)	0	6	0
Total da Carteira Própria e Fundos Exclusivos	0	65.710	203.159
Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros - Renda Fixa - Fundos não Exclusivos	0	0	75.790
Total das Carteiras Administradas por Terceiros	0	0	75.790
Total de Investimentos em Renda Fixa	0	65.710	278.949

(1) Valor de aquisição acrescido dos rendimentos obtidos calculados “pró-rata tempore”.

(2) Valor líquido provável de realização, obtido mediante aplicação de modelo ou técnica de precificação.

O Instituto tem intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

4.4.4. Composição de Valores dos Investimentos Imobiliários (Valores em mil - R\$):

Descrição	2013	2012
Investimentos Imobiliários		
(a) Imóveis em Construção - Reforma	172	165
(b) Imóveis uso Próprio	599	384
(c) Edificações Locadas à Patrocinadora	4.813	4.192
(d) Edificações Locadas a Terceiros	68.477	58.534
Subtotal (1)	74.061	63.275
(e) Aluguéis e Direitos a Receber	3.008	1.977
(f) (-) Provisão p/ Perda s/ Crédito de Liquidação Duvidosa	-2.049	(88)
Subtotal (2)	959	1.889
Total	75.020	65.164

4.4.4.1. Composição de Valores da Reavaliação Imobiliária (Valores em mil - R\$):

Investimentos Imobiliários (*)	Valor Contábil antes da Reavaliação	Valor após a Reavaliação	Resultado Reavaliação 31/12/2013
Imóvel de Uso Próprio	378	599	221
Edificações Locadas à Patrocinadora	4.137	4.813	676
Edificações Locadas a Terceiros	57.530	68.477	10.947
Total	62.045	73.889	11.844

(*) Reavaliação imobiliária reconhecida em Dezembro de 2013 e apresentada neste quadro comparativamente com sua posição contábil no mês anterior: novembro de 2013.

Os ativos reavaliados continuarão a ser depreciados anualmente pela vida útil remanescente, estimada nos laudos de reavaliação.

4.4.5. Composição de Valores dos Empréstimos (Valores em mil - R\$):

Descrição	2013	2012
Operações com Participantes		
(a) Empréstimos a Participantes	61.943	62.993
(b) Empréstimo de Amortização Aleatória Diferida – EMAADI (1)	10.340	9.348
Total	72.283	72.341

(1) Os saldos dessa conta correspondem à concessão, aos participantes do Plano A, das importâncias equivalentes ao valor da Reserva de Poupança de cada um, sob a forma de Empréstimo de Amortização Aleatória Diferida (EMAADI), com base em estudos atuariais e aprovação do Conselho Deliberativo. As amortizações ocorrem à medida que esses participantes se aposentam, com a aplicação de um fator redutor sobre os benefícios a serem pagos, operacionalizadas em forma de desconto mensal na Folha de Benefícios.

4.4.6. Composição de Valores dos Outros Realizáveis (Valores em mil - R\$):

Descrição	2013	2012
Outros Realizáveis		
Coparticipações – Poupança Fiança-Caução	259	206
Outros Valores a Realizar	4	3
Total	263	209

4.5. Ativo Permanente

Representa os bens necessários ao funcionamento do Instituto. Tais bens são registrados ao custo de aquisição e depreciados pelo método linear, com base em taxas anuais aplicáveis.

Natureza Contábil	Taxa Anual de Depreciação
Instalações	10%
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Veículos	20%
Ambulância	33%
Biblioteca	10%
Sistema de Comunicação	10%
Computadores e Periféricos	20%
Edificações de Uso Próprio	2%
Software	20%

Composição do Ativo Permanente	2013	2012
Imobilizado		
Instalações	8	13
Móveis e Utensílios	238	272
Máquinas e Equipamentos	141	168
Veículos	78	108
Biblioteca	6	7
Sistema de Comunicação	8	9
Computadores e Periféricos	106	141
Edificações de Uso Próprio – Sede do AGROS	2.038	2.101
Subtotal (1)	2.623	2.819
Intangível		
Software	17	24
Subtotal (2)	17	24
Total (1+2)	2.640	2.843

5. Composição do Passivo (Obrigações e Compromissos)

5.1. Exigível Operacional da Gestão Previdencial

Representa os valores dos compromissos de curto prazo da Gestão Previdencial dos Planos Previdenciários do AGROS – Planos: A - CLT, B - RJU e C - AGROS CD-01.

Exigível Operacional da Gestão Previdencial	2013	2012
Benefícios a pagar	44	2
Retenções a Recolher	67	63
Outras Exigibilidades	0	1.217
Total	111	1.282

5.2. Exigível Operacional da Gestão Administrativa

Representa os valores dos compromissos de curto prazo do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

Exigível Operacional da Gestão Administrativa	2013	2012
Pessoal e Encargos a Pagar	1.537	1.524
Serviços de Terceiros	87	91
Fornecedores	18	13
Retenções a Recolher	285	290
Tributos a Pagar	0	3
Valores a Pagar aos Planos de Benefícios	21	33
Total	1.948	1.954

5.3. Exigível Operacional de Investimentos

Representa os valores dos compromissos de curto prazo da gestão dos investimentos.

Exigível Operacional de Investimentos	2013	2012
Investimentos Imobiliários	7	11
Operações com Participantes	126	129
Poupança - Fiança-Caução	259	206
Outras Exigibilidades – Taxa Administrativa a pagar ao PGA	865	0
Valores a Conciliar – Crédito em conta não identificado	3	0
Total	1.260	346
Total do Exigível Operacional (5.1 + 5.2 + 5.3)	3.319	3.582

5.4. Exigível Contingencial

Representa os valores provisionados para processos judiciais e administrativos referentes às atividades da Gestão Administrativa e de Investimentos, respaldados na opinião dos consultores e assessores jurídicos do Instituto.

O AGROS constituiu provisão em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em ações judiciais envolvendo questões tributárias, aspectos civis e outros assuntos.

Composição	Saldo em 31/12/2013	Acréscimo/Decrésc. em 2013	Saldo em 31/12/2012
Gestão Administrativa	6.259	1.223	5.036
Investimentos	12.682	981	11.701
Total das Provisões Contingenciais	18.941	2.204	16.737

5.5. Patrimônio Social

O Patrimônio Social representa os recursos líquidos dos Planos.

Patrimônio Social por Plano	2013	2012
Plano A – CLT	148.582	147.667
Plano B – RJU	498.922	480.881
Plano C – AGROS CD-01	4.101	2.603
Saldo no Final do Exercício	651.605	631.151

5.5.1. O Patrimônio de Cobertura dos Planos

O Patrimônio de Cobertura dos Planos é formado pelo conjunto de contas que registram os compromissos atuariais e o excedente patrimonial apurado nos resultados dos planos. Já o montante das Provisões Matemáticas consignadas no balanço patrimonial foi determinado pela assessoria atuarial: ATEST – Consultoria Atuarial.

5.5.1.1. Provisões Matemáticas

Resultam de cálculos atuariais do valor atual dos compromissos futuros referentes aos benefícios decorrentes de aposentadorias e de pensões a serem pagas aos participantes, deduzidos do valor atual das contribuições futuras. Os valores contabilizados estão respaldados em Avaliação Atuarial, que é realizada anualmente, cuja data de referência para o cálculo é o mês de setembro, tendo seus efeitos reconhecidos no mês de dezembro.

Composição	Saldo em 31/12/2013	Constituição ou Re- versão em 2013	Saldo em 31/12/2012
Provisões Matemáticas			
Benefícios Concedidos	182.872	13.387	169.485
Benefícios Programados do Plano c/ os Atuais Assistidos – BD	39.502	6.926	32.576
Benefícios Programados - Plano A - CLT	28.097	7.721	20.376
Benefícios Programados - Plano B - RJU	11.405	-795	12.200
Benefícios Não Programados do Plano c/ os Atuais Assistidos - BD	143.370	6.461	136.909
Benefícios Não Programados - Plano A - CLT	35.780	1.397	34.383
Benefícios Não Programados - Plano B - RJU	107.590	5.064	102.526
Benefícios a Conceder	263.404	16.075	247.329
Contribuição Definida – CD	4.101	1.498	2.603
Plano AGROS CD-01	4.101	1.498	2.603
Benefício Definido – BD	259.303	14.577	244.726
Benefícios Programados do Plano c/ os Futuros Assistidos – BD	171.402	10.821	160.581
Benefícios Programados - Plano A - CLT	42.614	2.896	39.718
Benefícios Programados - Plano B - RJU	128.788	7.925	120.863
Benefícios Não Programados do Plano c/ os Futuros Assistidos - BD	87.901	3.756	84.145
Benefícios Não Programados - Plano A - CLT	4.694	157	4.537
Benefícios Não Programados - Plano B - RJU	83.207	3.599	79.608
Total das Provisões Matemáticas (1)	446.276	29.462	416.814

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - Geração Atual - corresponde ao valor atual dos compromissos futuros com participantes assistidos e beneficiários, em gozo de benefício.

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - São provisões atuariais correspondentes à diferença entre o valor dos benefícios para a geração atual que ainda não esteja em gozo de benefício, e o valor dos benefícios para a geração futura, menos o valor das contribuições das patrocinadoras, da geração atual e das gerações futuras, segregada como segue:

- Benefícios do Plano - Geração Atual - correspondem ao valor atual dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício (participantes ativos).

- Outras Contribuições da Geração Atual - correspondem ao valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a receber das patrocinadoras e dos integrantes da geração atual, que ainda não estejam em gozo de benefício.
- Benefícios do Plano com Gerações Futuras - correspondem ao valor atual dos benefícios a serem pagos aos integrantes das gerações futuras, descontado do valor atual das contribuições futuras por eles devidas quando em gozo de benefício.

5.6. Equilíbrio Técnico – Resultados Realizados

Os valores contabilizados como resultados dos planos de benefícios definidos – BD – são alocados em Reserva de Contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as Provisões Matemáticas, e em Reserva Especial para Revisão do Plano, o que exceder a este limite na apuração do resultado.

Os resultados realizados decorrem da apuração contábil nos balancetes de cada plano, que significa o confronto entre os recursos arrecadados e as utilizações, adicionando-se os fluxos financeiros obtidos (positivo ou negativo) dos investimentos.

Composição	Saldo em 31/12/2013	Constituição ou Reversão em 2013	Saldo em 31/12/2012
Resultado Realizado			
Superávit Técnico Acumulado	137.987	47.753	90.234
Reserva de Contingências	110.118	19.884	90.234
Plano A – CLT	27.370	8.297	19.073
Plano B – RJU	82.748	11.587	71.161
Reserva Especial para Revisão do Plano	27.869	27.869	0
Plano B – RJU	27.869	27.869	0
Total do Resultado Realizado (2)	137.987	47.753	90.234
Patrimônio De Cobertura Dos Planos (1+2)	584.263	77.215	507.048

Superávit Técnico Acumulado - corresponde à sobra patrimonial em relação às reservas matemáticas líquidas, composta como segue:

- Reserva de Contingências – corresponde ao excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, até o limite de 25% das provisões matemáticas.
- Reserva Especial para Revisão de Plano – corresponde ao excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, acima de 25% das provisões matemáticas.

5.7. Fundos

Fundos Previdenciais

Os Fundos Previdenciais para Reserva Especial dos Planos A e B, foram criados no Exercício de 2010 pelas Resoluções do CDE 244 e 245/2010, dando destinação ao superávit acumulado em três exercícios consecutivos. (Ver Nota nº 2).

Fundos Administrativos

O Fundo Administrativo foi constituído em 1990 e revitalizado em 1999, com base em Parecer Atuarial e Resolução do Conselho de Administração nº 100/1999. É destinado à cobertura dos valores das despesas administrativas da atividade do PGA, no que exceder aos limites de custeio estabelecido no Orçamento Anual e no Plano de Custeio do AGROS, em conformidade com a Res. CGPC 29, de 31 de Agosto de 2009.

Fundos dos Investimentos

Fundos destinados à cobertura de situações especiais relacionados à Carteira de Empréstimos a Participantes, que são:

- Fundo para Quitação de Empréstimo por Morte de Participante – objetiva liquidar o saldo devedor de empréstimos em caso de morte do participante;

- Fundo Garantidor de Prestação de Empréstimos – permite a dispensa dos avalistas nos contratos de empréstimos, quando o participante faz esta opção.

Quadro da Evolução dos Fundos:		
Identificação do Fundo	2013	2012
Fundo Previdencial	26.501	87.181
Fundo Administrativo	38.167	34.904
Fundo de Investimentos	2.674	2.018
Saldo dos Fundos	67.342	124.103

6. Plano de Gestão Administrativa

O AGROS funciona administrativamente separado da patrocinadora UFV, com estrutura, recursos e orçamento próprios.

As fontes de custeio administrativo previstas na Lei Complementar nº 108/2001 foram definidas em normas do órgão regulador e fiscalizador, quando da criação do Plano de Gestão Administrativa (PGA), previsto na Resolução CGPC 28/2009, de 26/01/2009 e Instrução Normativa nº 34/2009, de 24/09/2009. O regulamento do PGA do AGROS foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, em 23/02/2010. Esse plano tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do AGROS.

As fontes de Custeio Administrativo para a cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios constituem-se de: contribuições dos participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, resultado dos investimentos, receitas administrativas e fundo administrativo.

6.1. Critério de Rateio das Despesas Administrativas

No Exercício de 2013 iniciou-se no AGROS o processo de gestão das despesas com pessoal e encargos por centro de custo. Assim, os gastos com pessoal com atividades exclusivas de uma gestão: previdencial, investimentos e assistencial, foram alocados diretamente na sua gestão. As despesas administrativas que têm caráter específico de um plano, também são alocadas diretamente no centro de custeio do plano para apuração dos custos finais.

As despesas administrativas de natureza comum são rateadas entre as Gestões Previdenciais, Assistenciais e de Investimentos, com percentuais de 92%, 7% e 1%, respectivamente, definidos no Orçamento pelo Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva.

As despesas administrativas da Gestão Previdencial são rateadas dentro do PGA e atribuídas aos Planos de Benefícios Previdenciários A-CLT e B-RJU em suas proporções. No caso do Plano AGROS CD-01, seu custeio administrativo constitui-se de taxa de 1% da contribuição ao plano. As despesas administrativas da Gestão de Investimentos também são rateadas entre os planos previdenciários e assistenciais. As despesas administrativas da Gestão Assistencial, originalmente apuradas no PGA, são custeadas, posteriormente, pelos recursos do Plano Assistencial.

O AGROS está em processo de acompanhamento sistemático das despesas administrativas, visando à adequação ao limite de custeio estabelecido para as EFPC, de 1% dos Recursos Garantidores dos Planos: A-CLT e B-RJU.

6.2. Fluxo Contábil do Fundo Administrativo:

Descrição	2013	2012
Saldo no Início do Exercício	34.905	29.184
Receitas	14.897	16.215
(-) Despesas	(12.915)	(13.355)
(-) Constituições / Reversões de Contingências	(894)	(333)
Fluxo dos Investimentos	2.174	3.194
Evolução do Fundo Administrativo	3.262	5.721
Saldo no Final do Exercício	38.167	34.905

7. Gestão Assistencial – Plano de Saúde

Os valores da Gestão Assistencial, apresentados de forma sintética no Balanço Patrimonial do AGROS, podem ser lidos, em maior nível de detalhes, nas publicações específicas do Plano de Saúde, e os valores estão assim compostos:

7.1. Ativos do Assistencial

Contas	2013	2012
Disponível	193	26
Aplicações Financeiras	39.772	41.893
Créditos de Operações com Planos de Saúde	2.922	2.470
Bens e Títulos a Receber	9	1
Despesas Antecipadas	9	5
Realizável a Longo Prazo	98	93
Imobilizado	147	0
Total dos Ativos	43.150	44.488

7.2. Passivos do Assistencial

Contas	2013	2012
Provisões Técnicas de Operações de Assistência	6.398	4.686
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	259	176
Débitos de Operações de Assist. Não Relacionados c/ o Plano	7	2
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	330	265
Débitos Diversos	297	524
Passivo Não-Circulante - Exigível a Longo Prazo – Provisões	1.865	1.835
Patrimônio Social – Fundo Assistencial	33.994	37.000
Total do Passivo	43.150	44.488

As Notas Explicativas da atividade Assistencial estão emitidas em documento próprio e em separado, tendo em vista o atendimento de Normas específicas editadas pela ANS.

8. Instrumentos Financeiros

O Instituto participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012, passíveis de comparação com valor de mercado, têm valor contábil próximo aos valores de realização. Não existem outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2013, tais como, contratos a termo, futuros, swap e empréstimos de ações.

9. Gerenciamento de Riscos

A entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Para amenizar o impacto da possível ocorrência desses riscos, realiza monitoramento e vem adotando ações que contribuem para um maior controle.

10. Cobertura de Seguros

É prática do AGROS manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado e para os investimentos imobiliários sujeitos a riscos. Os seguros dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários.

Viçosa, 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial Exercícios de 2013 e 2012.

1. Contexto Operacional

O AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social como operadora de Planos de Saúde tem seu Plano Assistencial constituído por prazo indeterminado, em funcionamento desde 1º de setembro de 1994, e registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sob o nº 368920, em 11 de setembro de 2001, com posterior registro definitivo em novembro de 2009.

Os patrocinadores do Plano de Saúde são a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social.

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o Instituto não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a título de lucro ou participação no resultado. Nos exercícios de 2013 e 2012, a totalidade dos recursos foi aplicada no país e a escrituração dos recursos coletados e utilizados de suas rendas, receitas e despesas, foi registrada em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

2. Apresentação das Demonstrações e Principais Práticas Contábeis

2.1. Apresentações das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as normas contidas na Lei 6.404/1976 e alterações e na Lei 9.656/1998, que regulamenta os Planos Privados de Assistência à Saúde; com as normas estabelecidas pela ANS; com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, CFC nº 1.409/2012, que aprovou a ITG 2002 (Interpretação Técnica Geral).

A contabilidade registra os eventos originados nos controles dos planos de benefícios do AGROS, de forma separada, proporcionando demonstrações contábeis segregadas para cada segmento das atividades-fim, ou seja, previdência complementar e assistência à saúde, assim como a atividade de suporte do plano de gestão administrativa, em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e às Operadoras de Planos de Saúde (OPS).

2.2. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

2.2.1. Escrituração Contábil

Adota-se o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, o que implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas no período em que efetivamente ocorrem, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

2.2.2. Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas e contingências passivas, para determinar ajustes em seus ativos e passivos, com efeito nos resultados efetivos. Para valores da atividade assistencial a receber, foi adotado o seguinte critério para as constituições de provisões para perdas sobre créditos: havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada, ou seja, é lançada nos demonstrativos como possível perda.

2.2.3. Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A moeda funcional da entidade é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. O AGROS elaborou os demonstrativos de forma comparativa, com duas colunas (exercício atual e anterior), possibilitando a verificação da evolução ou involução patrimonial.

2.2.4. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação, ou seja, com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e atualizadas pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período, incluindo as aplicações financeiras dos recursos garantidores das reservas técnicas vinculadas à ANS.

2.2.5. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os “Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde” são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde”. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, por se tratar de plano coletivo empresarial. A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição da provisão para adequá-la à evolução da inadimplência.

2.2.6. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na estimativa de vida útil dos bens, conforme tabela abaixo:

Natureza Contábil	Taxa Anual de Depreciação
Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Veículos	20%
Ambulância	33,33%

No exercício de 2013, a Entidade passou a adquirir e controlar bens de uso exclusivo da atividade do plano de saúde, com recursos próprios do Plano Assistencial. Antes, todos os bens eram de propriedade do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que atribuía, por rateio, a despesa de depreciação à Gestão Assistencial, cobrando este custo dentro da taxa administrativa.

2.2.7. Provisão de Eventos a Liquidar

A provisão de eventos a liquidar, constituída por faturas dos prestadores de serviços, reembolso a participantes e ressarcimento ao SUS, é registrada no Passivo Circulante, em contrapartida às contas de resultado de eventos conhecidos ou avisados.

2.2.8. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA

A PEONA foi constituída de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 209/2009, da ANS. O valor dessa provisão foi integralmente constituído até dezembro de 2013, com seu respectivo ativo garantidor vinculado à referida agência reguladora.

Ainda em 2013, o AGROS teve aprovada a Metodologia própria para cálculo do valor da PEONA, conforme Processo Administrativo nº 070/2013 e Ofício nº 4287/2013/GGAME(GEHAE)/DIOPE/ANS, de 16/10/2013. Os valores atuarialmente calculados são de responsabilidade da Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda.

2.2.9. Demais Ativos e Passivos Circulantes

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados com valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

2.2.10. Passivo Não Circulante

O AGROS constituiu, em seu plano assistencial, provisão em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões tributárias, aspectos civis e outros assuntos.

2.2.11. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da entidade corresponde aos resultados superavitários, deduzidos dos resultados deficitários de sua atividade, acumulados até a data do balanço.

3. Planos de Benefícios de Natureza Assistencial

Como operadora de planos de saúde, o AGROS administra os seguintes produtos:

- a) PAS-UFV (Plano de Assistência à Saúde dos Participantes do AGROS);
- b) AGROS Saúde I com Odontologia;
- c) AGROS Saúde I sem Odontologia;
- d) AGROS Saúde II com Odontologia;
- e) AGROS Saúde II sem Odontologia.

O PAS-UFV é um plano ativo, com comercialização suspensa, conforme seu cadastro junto à ANS.

3.1. Custeio

De acordo com disposição específica dos seus Regulamentos, o custeio dos planos denominados AGROS Saúde é atendido pelas seguintes fontes de receita:

- a) Contribuições mensais dos Beneficiários Titulares, em virtude de sua inscrição e da inscrição de seus Dependentes Normais e Dependentes Agregados, bem como dos Pensionistas;
- b) Coparticipações dos Beneficiários;
- c) Valores repassados pelas patrocinadoras, destinados aos beneficiários que façam jus ao patrocínio, conforme estabelecido pela legislação aplicável e demais instrumentos que regulam a existência de patrocínio, dentre eles, os contratos e convênios constituídos para esse fim;
- d) Receitas provenientes do Fundo Assistencial, conforme estabelecido pelo Conselho Deliberativo do AGROS e definido em atos normativos da entidade;
- e) Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não onerosos para o AGROS.

As receitas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, denominadas Receitas Assistenciais, são obtidas segundo os critérios descritos nos subitens a seguir:

3.1.1. Contribuição dos Beneficiários

- Titulares e Dependentes Diretos

O valor da contribuição mensal dos beneficiários titulares e de seus dependentes diretos é definido em função de sua faixa etária, conforme tabela constante no plano de custeio.

Do total das contribuições atribuídas ao titular, em função de seu grupo familiar, subtrai-se o valor referente à contribuição da patrocinadora, conforme previsto na Portaria do MPOG nº 625/2012, calculada em função da faixa salarial do titular e da idade de seus dependentes. Além disso, o valor da contribuição total do titular está limitado a um teto de 5,6% do seu salário de contribuição. Caso haja diferença entre o valor da contribuição e o limite do teto, essa diferença será custeada pelo Fundo Assistencial.

Para servidores ativos e aposentados, o cálculo do teto é feito por grupo familiar; para pensionistas, o cálculo é individual, devido à forma de operacionalização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).

- Dependentes Agregados

A contribuição dos dependentes agregados é determinada em função da faixa etária de cada um, em conformidade com tabelas constantes nos planos de custeio. Os dependentes agregados não possuem direito ao auxílio saúde suplementar e não estão sujeitos ao teto de contribuição.

3.1. Contribuição das Patrocinadoras

- Patrocinadora UFV

A contribuição da patrocinadora UFV corresponde ao subsídio governamental, concedido exclusivamente aos titulares e seus dependentes diretos, estabelecido com base na tabela definida na Portaria nº 625 do MPOG, de 21 de dezembro de 2012.

- Patrocinadora AGROS

A contribuição da patrocinadora AGROS é determinada segundo os mesmos critérios de cálculo da contribuição da patrocinadora UFV.

3.1.3 . Coparticipação do Beneficiário

Além das contribuições definidas nos subitens 3.1.1 e 3.1.2, os beneficiários dos Planos de saúde administrados pelo AGROS estão sujeitos a coparticipação nos custos dos procedimentos utilizados, conforme percentuais definidos a seguir:

- 1) Consultas Médicas: 30% do valor do procedimento, para os planos AGROS Saúde e 50% para o PAS-UFV;
- 2) Procedimentos Odontológicos: 30% do valor do procedimento, para os planos com cobertura odontológica;
- 3) Exames: 30% do valor do procedimento, limitado a R\$ 112,00 por exame;
- 4) Consultas/Sessões com nutricionistas, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo: 30% do valor do procedimento, até o limite de consultas/sessões previsto no Rol de Procedimentos da ANS e 100% do valor dos procedimentos que excederem o referido limite;
- 5) Fisioterapia: 30% do valor do procedimento, limitado a R\$ 112,00 por procedimento;
- 6) Acupuntura: 30% do valor do procedimento, limitado a R\$ 112,00 por procedimento;
- 7) Internações Psiquiátricas e por Dependência Química: 30% do valor dos serviços prestados a partir do 31º dia de internação.

3.1.4. Fundo Assistencial

O Fundo Assistencial, comum a todos os planos assistenciais administrados pelo AGROS, foi criado em 1993, em consonância com o §1º do artigo 39 da Lei nº 6.435/1977 e com o artigo 120 do Regulamento Básico do AGROS vigente à época.

Os Recursos do Fundo Assistencial são destinados à cobertura das seguintes despesas:

- a) Gastos assistenciais relativos aos participantes inscritos no PAS-UFV até 1º de setembro de 2005, e aos participantes fundadores do plano de benefício de natureza previdenciária do AGROS, conforme previsto na Nota 2 da Resolução nº 201/2008, do Conselho Deliberativo;
- b) Diferença entre o valor calculado para a contribuição e o valor final de contribuição, em virtude da adoção do teto de 5,6% do salário de contribuição;
- c) Contribuição mensal, determinada segundo os mesmos critérios de cálculo do subsídio governamental, previsto no Plano de custeio, para os aposentados e pensionistas do Plano A;
- d) Destinação mensal de 0,3% dos recursos do Fundo para o Programa de Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde instituído pelo AGROS.

3.2. Garantias Financeiras

O AGROS está sujeito à constituição ou observância, conforme o caso, das seguintes Garantias Financeiras previstas na Resolução Normativa da ANS nº 209/2009 e alterações, na forma e prazos estabelecidos nos referidos normativos:

- a) Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA): representa o valor mínimo a ser observado no Patrimônio Social da Entidade, não sendo necessário manter ativos garantidores;
- b) Provisão para Eventos Ocorridos e Não-Avisados (PEONA): provisão destinada a garantir os pagamentos dos eventos que já ocorreram, mas ainda não foram avisados à operadora. A PEONA é calculada atuarialmente, por metodologia própria, sendo lastreada com ativos garantidores vinculados à ANS;
- c) Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL): provisão destinada ao pagamento dos eventos já ocorridos e avisados à operadora, mas que ainda não tenham sido quitados.

4. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras do Plano Assistencial incluem os recursos vinculados às provisões técnicas e as aplicações não vinculadas à ANS. Estes recursos destinam-se a garantir os compromissos provisionados pela operadora. Em 31 de dezembro apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Vinculadas a Provisões Técnicas		
Títulos de Renda Fixa		
Cotas de Fundos de Investimentos	3.989.641,78	2.076.148,50
Não Vinculadas		
Títulos de Renda Fixa		
Cotas de Fundos de Investimentos	35.782.264,16	39.817.305,52
TOTAL	39.771.905,94	41.893.454,02

5. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Descrição	2013	2012
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		
Contraprestações Pecuniárias a Receber	2.251.833,67	1.916.968,50
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados	670.029,38	552.711,37
Total	2.921.863,05	2.469.679,87

Os Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde.

6. Passivo Circulante

Descrição	2013	2012
PASSIVO CIRCULANTE		
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		
Provisões de Eventos a Liquidar Para o SUS	131.344,48	106.266,86
Provisões de Eventos a Liquidar Para Outros Prestadores	2.546.200,12	2.015.696,52
Provisões para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	3.721.108,75	2.564.085,20
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		
Contraprestação a Restituir	29.305,87	7.999,31
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	229.739,74	168.224,72
Débitos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	7.024,15	2.131,72
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	329.946,30	264.826,47
Débitos Diversos	296.680,28	523.883,05
Total	7.291.349,69	5.653.113,85

7. Passivo Não Circulante

Composição	Saldo / 2013	Acréscimos / decréscimos	Saldo / 2012
Provisões Judiciais			
Provisões para Ações Tributárias	1.548.560,64	99.286,05	1.449.274,59
Provisões para Ações Cíveis	316.861,75	(68.886,65)	385.748,40
Total	1.865.422,39	30.399,40	1.835.022,99

Representa os valores provisionados para processos judiciais e administrativos referentes às atividades da gestão assistencial, respaldados na opinião dos consultores e assessores jurídicos do Instituto.

8. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Entidade constituído pelos resultados superavitários, deduzidos dos resultados deficitários, acumulados até a data do balanço, destina-se à cobertura dos gastos da atividade assistencial, relativa aos planos de saúde administrados pela entidade, na forma do regulamento.

Descrição	2013	Varição (+/-)	2012
Patrimônio Líquido – Fundo Assistencial	33.993.602,56	(3.006.519,59)	37.000.122,15
Saldo	33.993.602,56	(3.006.519,59)	37.000.122,15

9. Conciliação do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

A Entidade, em atendimento ao que determina o item 20A, do pronunciamento técnico CPC 03, apresenta a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. A conciliação resume-se em apresentar, separadamente, por categoria, os principais itens reconciliados, à semelhança do que deve fazer a Entidade que usa o método indireto, em relação aos ajustes ao superávit ou déficit do exercício, para apurar o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

Déficit do Exercício	(3.006.519,59)	(3.062.505,25)
Ajustes para conciliação do déficit do exercício com a geração/utilização de caixa das atividades operacionais	1.731.922,90	577.442,35
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	1.712.604,77	577.442,35
Depreciações do Imobilizado	19.318,13	-
Déficit do Exercício Ajustado	(1.274.596,69)	(2.485.062,90)
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	1.652.314,58	2.473.271,07
Aplicações Financeiras	2.121.548,08	1.701.558,08
Crédito de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(452.183,18)	865.667,12
Bens e Títulos a Receber	(7.908,09)	2.453,55
Despesas Antecipadas	(4.446,35)	(3.328,31)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(4.695,88)	(93.079,37)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	(50.780,63)	(10.972,72)
Débitos de Operações de Assistência Saúde	82.821,58	(24.742,44)
Déb. Oper. Assist. Saúde Não Rel. c/Pl. Saúde da Operadora	4.892,43	(1.416,70)
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	65.119,83	(115.036,16)
Provisões para Ações Judiciais	30.399,40	221.272,57
Débitos Diversos	(234.013,87)	(91.049,99)
Caixa Gerado/Utilizado nas Atividades Operacionais	326.937,26	(22.764,55)

10. Eventos de Assistência Médico-Hospitalar e Odontologia

A distribuição dos saldos do Quadro Auxiliar de EVENTOS MÉDICOS HOSPITALARES - ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, do Documento de Informações Periódicas - DIOPS do 4º trimestre de 2013 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 1, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Eventos Médico Hospitalares							
Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido - Planos Coletivos Empresariais pós Lei							
Assistência Médico-Hospitalar							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	387.474,30	72.218,28	1.640,22	-	-	-	461.332,80
Rede Contratada	3.081.606,09	4.690.773,26	2.799.058,75	13.808.885,26	1.205.438,36	723,03	25.586.484,75
Reembolso	54.416,68	61.893,47	15.509,95	394.000,66	119.505,67	11.000,00	656.326,43
Total	3.523.497,07	4.824.885,01	2.816.208,92	14.202.885,92	1.324.944,03	11.723,03	26.704.143,98
Assistência-Odontológica							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	-	-	-	-	-	1.733.004,92	1.733.004,92
Reembolso	-	-	-	-	-	215.944,15	215.944,15
Total	-	-	-	-	-	1.948.949,07	1.948.949,07

11. Detalhamento dos Saldos de Contas Contábeis: Outros

Abaixo, o quadro com a composição das contas com denominação “Outros”, cujo saldo ultrapassa 10% do respectivo grupo de contas:

Conta	Descrição	Valor	% Participação
213	Débitos de operações de assistência à saúde	259.045,61	
2138	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	229.739,74	88,69%
Composição:	Serviços de Terceiros	139.246,00	60,61%
	Fornecedores	90.475,74	
	Coparticipação a Restituir - Desconto Indevido Odontológico	18,00	0,01%
218	Débitos diversos	296.680,28	
2188	Outros débitos a pagar	296.680,28	100,00%
Composição:	Taxa Administrativa – PGA		
33	Outras receitas operacionais	502.030,77	
332	Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da oper.	499.851,45	99,57%
3321	Reversão da Provisão para Perda de Contribuição e coparticipação de Exercícios Anteriores	48.200,84	9,64%
Composição:	Valores a recuperar referente ao INSS patronal de Odontologia do período de 08.2008 a 03.2010	448.036,47	89,64%
	Valores a recuperar referente ao Recolhimento Indevido da TAFIC	3.500,00	0,70%
	Outras	114,14	0,02%
44	Outras despesas operacionais	7.829.074,87	
4413	OUTRAS DESPESAS DE OPERAÇÕES DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE: Confeção de Carteirinhas, Reclamações Judiciais não cobertas em contrato, Taxa Administrativa da Unimed, Remoção de Pacientes, Convênio D S A e Outras Terapias - Material, Medicamentos, Órteses e Próteses autorizadas pelo Conselho Deliberativo, linha do SIAPE, confeção de Guias de Procedimentos Médicos, Auxílio Saúde Suplementar Excedente ao Teto, Auxílio Saúde Suplementar Contribuição Fundo Assistencial, Valores do INSS Patronal sobre Serviços de Terceiros e Cooperativa.	7.040.321,42	89,93%
Composição:			
46	Despesas administrativas	3.853.183,45	
4681	DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS: Despesas Judiciais, Valor a Pagar ao PGA pelas Despesas Administrativas Ref. ao Custo Orçamentário da Gestão Assistencial em Forma de Taxa Administrativa, Despesas com Taxas Bancárias.	3.057.124,07	79,34%
Composição:			

12. Despesas Administrativas do Plano Assistencial

12.1. Despesas Administrativas Específicas do Plano Assistencial

As despesas administrativas diretas da administração dos planos de saúde são atribuídas e custeadas pelo Plano Assistencial que faz o pagamento utilizando seus recursos financeiros.

12.2. Despesas Administrativas Comuns às Demais Atividades do AGROS

As despesas administrativas do AGROS de natureza comum são rateadas no Plano de Gestão Administrativa – PGA, na proporção orçamentária de cada plano, sendo a cota/parte da Gestão Assistencial custeada pelo plano de saúde, por meio de reembolso de taxa administrativa. Em 2013, o AGROS realizou estudo das despesas administrativas por centros de custos, o que implicará em novos valores, orientados pelo Orçamento Anual, a serem atribuídos ao Plano Assistencial.

13. Instrumentos Financeiros

O Instituto participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012, passíveis de comparação com valor de mercado, têm valor contábil próximo aos valores de realização.

Não existem outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2013, tais como, contratos a termo, futuros, swap e empréstimos de ações.

14. Gerenciamento de Riscos

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Para amenizar o impacto da possível ocorrência desses riscos, supervisiona suas atividades com o auxílio de sistema e assessoria especializada, e vem adotando ações que contribuem para o controle de riscos.

Viçosa, 31 de dezembro de 2013.

Regimar Ferreira de Freitas
Contador - CRC-MG 53.166
CPF: 478.633.236-49

Gilberto Paixão Rosado
Diretor de Seguridade

Constantino José Gouvêa Filho
Diretor Administrativo-Financeiro

Nairam Félix de Barros
Diretor Geral

Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Celetista

Encerramento do exercício de 2013

A avaliação atuarial tem o objetivo de dimensionar o valor das provisões matemáticas e o custo do Plano Previdenciário Celetista, no encerramento do exercício de 2013; estabelecer o custeio do plano para o exercício de 2014, e; elaborar a Demonstração Atuarial (DA), para encaminhamento à PREVIC.

A base de dados de ativos refere-se a outubro de 2013 e a de assistidos é referente à setembro de 2013. Sobre estas foram aplicados testes de consistências, após o que foram consideradas adequadas.

O Plano Previdenciário Celetista do AGROS está estruturado na modalidade de benefício definido.

A última alteração aprovada do regulamento do Plano Celetista foi pela portaria nº 3.230 de 15 de dezembro de 2009.

Devido à destinação obrigatória do superávit, o Conselho Deliberativo aprovou em 14/07/2010 a Resolução nº 238/2010, na qual reduz o percentual de contribuição dos participantes ativos para 0,2%, exceto os que aderiram ao plano após 1/2007.

Posteriormente, a Resolução nº 244/2010 suspendeu as contribuições de ativos, assistidos e patrocinadores pelo prazo de três anos.

O exercício de 2013 foi o último ano de suspensão das contribuições de ativos. Para tanto, foi estabelecido novo plano de custeio que deverá ser aplicado a partir de janeiro de 2014.

O novo plano de custeio foi definido de acordo com a seleção dos ativos em dois grupos: o primeiro corresponde aos participantes que ingressaram no Plano em data anterior a 01/01/2006 e o segundo, denominado "Novos Entrados" é constituído pelos participantes com ingresso após esta data. Para o primeiro grupo, o percentual de contribuição sobre o Salário de Participação permaneceu em 0,2%. Aos demais, o percentual a ser aplicado será de 2,5% sobre a totalidade do Salário de Participação, acrescido de 8% sobre o excesso do salário em relação ao teto da Previdência Social.

A ATEST acatou o balancete informado pela Entidade para o Plano Previdenciário Celetista, que registra:

	Valores em R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
Ativo	151.531.736,22	150.477.348,07
Exigível	(2.949.708,78)	(2.809.772,59)
Fundos	(10.025.444,45)	(29.580.080,67)
Patrimônio de Cobertura das Provisões Matemáticas	138.556.582,99	118.087.494,81

De acordo com os resultados apresentados o Plano Previdenciário Celetista encontra-se em boa situação financeira. As provisões matemáticas do Plano Previdenciário Celetista equivalem a R\$ 111.186.164,34. Comparado ao patrimônio de cobertura do plano informado, resulta em superávit de R\$ 27.370.418,65, equivalente a 24,62% do total de provisões matemáticas, integralmente alocado em reserva de contingência.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2014.

ATEST – Consultoria Atuarial
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88



Jaqueline Figueiredo Ferreira
Atuária MIBA 2.211



Ivan Sant'Ana Ernandes
Diretor Técnico
Atuário MIBA 506

**Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Estatutário
Encerramento do Exercício de 2013**

O objetivo da avaliação atuarial é dimensionar o valor das provisões matemáticas e o custo do Plano Previdenciário Estatutário, no encerramento do exercício de 2013; estabelecer o custeio do plano para o exercício de 2014; e, elaborar a Demonstração Atuarial (DA), para encaminhamento à PREVIC.

A base de dados de ativos e assistidos se refere a setembro de 2013, sobre a qual foram aplicados testes de consistências, após o que foi considerada adequada.

Na base de dados dos ativos foram identificadas matrículas com Salários de Participação em valores inferiores aos registrados na base do ano anterior. Em resposta, o AGROS verificou que os registros da base atual estão corretos.

Foram identificados registros de assistidos com valores de benefícios pagos pelo AGROS e pelo RJU inferiores àqueles posicionados em setembro de 2012. A Entidade informou que houve revisões de benefícios que resultou na queda das suplementações.

O Plano Previdenciário Estatutário do AGROS está estruturado na modalidade de benefício definido.

Não houve alteração regulamentar no ano de 2013.

A partir da aprovação da alteração regulamentar em 15/12/2009 o custeio passou a ser definido pelo atuário.

No entanto, com a destinação do superávit em 2010, as contribuições foram reduzidas a 0,2% da folha para participantes ativos e assistidos, com exceção dos filiados a partir de 01/2007, conforme resolução 238/2010, do Conselho Deliberativo.

A ATEST acatou o balancete informado pela Entidade para o Plano Previdenciário Estatutário, que registra:

	Valores em R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
Ativo	510.021.606,29	491.399.289,96
Exigíveis	(11.099.057,55)	(10.518.109,84)
Fundos	(57.316.700,15)	(94.523.382,18)
Patrimônio de Cobertura das Provisões Matemáticas	441.605.848,59	386.357.797,94

De acordo com os resultados apresentados, houve um acréscimo de 14,30% no Patrimônio de Cobertura das Provisões Matemáticas em relação ao exercício anterior.

As provisões matemáticas do Plano Previdenciário Estatutário equivalem a R\$ 330.989.676,83. Comparado ao patrimônio de cobertura do plano informado, resulta em superávit de R\$ 110.616.171,76, constituindo o limite de 25% da Reserva de Contingência no valor de R\$ 82.747.419,21 e compondo em 8,42% a Reserva Especial para Revisão de Plano no valor de R\$ 27.868.752,55.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2014.

ATEST – Consultoria Atuarial
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88



Jaqueline Figueiredo Ferreira
Atuária MIBA 2.211



Ivan Sant'Ana Ernandes
Diretor Técnico
Atuário MIBA 506

AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social

Parecer Atuarial do Plano Instituidor AGROS CD-01

Encerramento do Exercício de 2013

O objetivo da avaliação atuarial é dimensionar o valor das provisões matemáticas do Plano Instituidor AGROS-CD-01, no encerramento do exercício de 2013 e elaborar a Demonstração Atuarial (DA), para encaminhamento à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

A base de dados de ativos refere-se a setembro de 2013, sobre a qual foram aplicados testes de consistência, após o que foi considerada adequada.

O Plano Instituidor AGROS-CD-01 está estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

O Plano Instituidor AGROS-CD-01 foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, através da portaria nº 2.174, de 2 de abril de 2008.

Não houve alteração regulamentar no ano de 2013.

A Atest acatou o balancete informado pela Entidade para o Plano Instituidor AGROS-CD-01, que registra:

	<i>Valores em R\$</i>	
	31/12/2013	31/12/2012
Ativo	4.104.318,82	2.603.392,91
Exigível	3.803,03	634,48
Fundos	0,00	0,00
Patrimônio de Cobertura das Provisões Matemáticas	4.100.515,79	2.602.758,43

As provisões matemáticas do Plano Instituidor AGROS-CD-01 equivalem a R\$ 4,1 milhões. O plano encontra-se em equilíbrio atuarial, conforme decorre de suas próprias características.

O custeio do Plano AGROS-CD-01 será realizado através de contribuições básicas e eventuais realizadas pelo participante. O valor da contribuição básica será escolhido pelo participante observando o mínimo inicial de R\$ 20,00 (vinte reais) e poderá ser alterado em junho ou dezembro de cada ano. Os Participantes e o Instituidor poderão realizar contribuições eventuais.

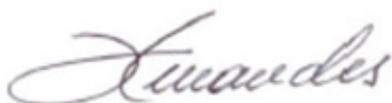
De acordo com os resultados apresentados decorrentes de suas próprias características, o Plano Instituidor AGROS-CD-01 encontra-se em situação de equilíbrio financeiro e atuarial.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2014.

ATEST – Consultoria Atuarial
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88



Jaqueline Figueiredo Ferreira
Atuária MIBA 2.211



Ivan Sant'Ana Ernandes
Diretor Técnico
Atuário MIBA 506

TESTE DE ADERÊNCIA DA TAXA DE JUROS

AGROS - Instituto UFV de Seguridade Social

Desenvolvidos estudos para avaliação de aderência/convergência da taxa atuarial dos ativos do Plano A e do Plano B do AGROS, a partir do montante atual dos recursos por segmento de aplicação previsto na Resolução CMN nº 3.792, de 24/9/2009.

Realizado levantamento minucioso dos ativos em carteira, bem como avaliação do fluxo de pagamento de juros e amortização dos títulos e fundos, tornando possível conhecer o comportamento do portfólio ao longo do tempo.

Os ativos foram projetados até vencimento do título com maior prazo de duração (NTN-B – em 15 de agosto de 2050). Tomados por base a taxa real específica de cada tipo e desconsiderando-se os indicadores de inflação e a correlação ou descasamento entre os indexadores, especialmente entre o INPC, adotado nos planos, e o IPCA, utilizado na maioria dos ativos de renda fixa.

Observando-se a legislação específica, a posição atual dos patrimônios e o cenário macroeconômico estabelecido, foram aplicados modelos matemáticos internacionalmente aceitos e reconhecidos.

O estudo aponta a taxa média ponderada de retorno, no período avaliado, da ordem de 5,14%, para o Plano A, e de 5,18%, para o Plano B.

Deste modo, observando ainda a modalidade dos planos (benefício definido), pode-se concluir pela análise que a taxa de juros de 5% ao ano + INPC, atualmente adotada, está adequada e aderente aos Planos de Benefícios do AGROS.

Esse é o nosso parecer.

ATEST – Consultoria Atuarial.
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88



Fábio Pereira Maia
Analista de Investimentos – CNPI 4582



Jaqueline Figueiredo Ferreira
Atuária MIBA 2.211

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes do
AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL
Viçosa - MG

Examinamos as demonstrações contábeis do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar.

Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós examinados e nosso relatório, datado de 22 de fevereiro de 2013, não conteve modificação.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2014.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR N° 4552/O-5 S/MG



RICARDO LUIZ MARTINS
Contador CRC-RS N° 036.460/O-8 T/PR S/MG

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Administradores do

AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL

Viçosa - MG

Examinamos as demonstrações contábeis relativas à Gestão Assistencial do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da entidade tomando por modelo as demonstrações contábeis instituídas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, através da Resolução Normativa nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, e alterações.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da entidade é responsável pela preparação das demonstrações contábeis, que foram elaboradas de acordo com os modelos de demonstrações contábeis e normas aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração, livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

1

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, preparadas com a finalidade específica de atender a Agência Nacional de Saúde Suplementar, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós examinados e nosso relatório, datado de 22 de fevereiro de 2013, não conteve modificação.

Elaboração das Demonstrações Contábeis e Restrição sobre sua Distribuição

As demonstrações contábeis foram elaboradas para auxiliar o **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL** a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Consequentemente, as demonstrações contábeis podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação da entidade e para a Agência Nacional de Saúde Suplementar e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2014.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR N° 4552/O-5 S/MG



RICARDO LUIZ MARTINS
Contador CRC-RS N° 036.460/O-8.T/PR S/MG

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do AGROS - Instituto UFV de Seguridade Social, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento às Normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), examinou: “Demonstração dos Balanços Patrimoniais - Consolidada”; “Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada”; dos Planos A (Celetista), B (Estatutário) e C (AGROS-CD-01): “Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido”, “Demonstrac o do Ativo Líquido”, “Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada”, “Demonstrac o das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios”; “Balanço Patrimonial - Assistencial – Ativo e Passivo”, “Demonstrac o do Resultado – Assistencial”, Demonstrac o das Mutações do Patrimônio Líquido”, Demonstrac o dos Fluxos de Caixa Assistencial, “Demonstrac o do Resultado Abrangente”, “Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis”, cópia dos Pareceres Atuariais dos Planos Previdenciários Celetistas, Estatutário e AGROS-CD-01 relativos ao exercício de 2013, constantes no Relatório Anual de Informac es.

Baseado nesses exames e em análises procedidas nos balancetes e demais demonstrativos, nas informacões complementares obtidas junto aos órgãos financeiros, administrativos e contábeis da Instituição e, ainda, nos Pareceres da Assessoria Actuarial e dos Relatórios e Pareceres dos Auditores Independentes, o Conselho aprova as contas e demonstrac es financeiras acima mencionadas, visto que representam adequadamente a posição patrimonial e financeira dos planos do AGROS em 31 de dezembro de 2013.

Viçosa, 12 de març  de 2014.

Ant nio Joaquim Macabeu
Nilton Alves Gonzaga
Benjamin Gonç lves Milagres

Eduardo Rezende Pereira
Augusto César de Queiroz
Fernando Laércio Alves da Silva

Resolução n  295/2014 do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo do AGROS - Instituto UFV de Seguridade Social, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento às Normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), examinou: “Demonstrac o dos Balanços Patrimoniais - Consolidada”; “Demonstrac o da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada”; dos Planos A (Celetista), B (Estatutário) e C (AGROS-CD-01): “Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido”, “Demonstrac o do Ativo Líquido”, “Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada”, “Demonstrac o das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios”; “Balanço Patrimonial - Assistencial – Ativo e Passivo”, “Demonstrac o do Resultado – Assistencial”, Demonstrac o das Mutações do Patrimônio Líquido”, Demonstrac o dos Fluxos de Caixa Assistencial, “Demonstrac o do Resultado Abrangente”, “Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis”, cópia dos Pareceres Atuariais dos Planos Previdenciários Celetistas, Estatutário e AGROS-CD-01 relativos ao exercício de 2013, constantes no Relatório Anual de Informac es.

Considerando os pareceres favoráveis da Assessoria Actuarial, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da Entidade, o Conselho Deliberativo concluiu que as referidas demonstrac es contábeis e financeiras refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2013, deliberando por sua aprovação.

Viçosa, 27 de març  de 2014.

Sebastião Carlos da Fonseca
Ant nio Teixeira Cordeiro
Evaristo Luciano Rosa
 lvaro de Araújo
Vanda do Carmo Lucas dos Santos

Julio Cesar dos Reis
José Aparecido de Paula
Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima
M rcia Rogéria de Almeida Lamêgo

Diretoria Executiva
Nairam Félix de Barros (Diretor Geral)
Gilberto Paixão Rosado (Diretor de Seguridade)
Constantino José Gouvêa Filho (Diretor Administrativo-Financeiro)

Conselho Deliberativo
Sebastião Carlos da Fonseca (Presidente)
Antônio Teixeira Cordeiro
Marcia Rogéria de Almeida Lamêgo
Ely Rosa
Evaristo Luciano Rosa
Álvaro de Araújo
Vanda do Carmo Lucas dos Santos
Julio Cesar dos Reis
José Júlio de Souza
José Aparecido de Paula
Guilherme Nacif de Faria
Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima

Conselho Fiscal
Antônio Joaquim Macabeu (Presidente)
Nilton Alves Gonzaga
Augusto César de Queiroz
Aloísio de Castro Cardoso
Benjamin Gonçalves Milagres
Eduardo Rezende Pereira
Fernando Laércio Alves da Silva
Júlio César Fausto da Silva



Vigosa – MG
Avenida Purcuis, s/n
Campus da UFV
Tel: (31) 3809-3500

Belo Horizonte – MG
Rua Sergipe, 1067 – 10º andar
Tel: (31) 3227-5878
Fax: (31) 3284-9833

Florestal – MG
Rua Ivo Lobo Alves Moreira, loja 4
Tel: (31) 3536-0100

e-mail: contato@agnos.org.br
site: www.agnos.org.br